**Universidade de São Paulo
Faculdade de Saúde Pública**

**Dinâmicas locais da participação social em Segurança
Alimentar e Nutricional**

Flávia Negri

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Serviços de saúde pública

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Bógus

**São Paulo
2015**

Dinâmicas locais da participação social em Segurança Alimentar e Nutricional

Flávia Negri

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Serviços de saúde pública

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Maria Bógus

Versão original
São Paulo
2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida **exclusivamente** para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe. Minha real inspiração de perseverança e garra na vida e no trabalho, uma batalhadora. Nossas diferenças não impedem que sua simples presença na Terra e seus cuidados e aprendizados ininterruptos sejam atos de amor que me fortalecem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha orientadora Cláudia Maria Bógus, que além da acolhida inicial em seus grupos de pesquisa e de estudo favoreceu minha aproximação a atividades, pessoas e trabalhos que renovaram minha vida, não só acadêmica. Minhas inabilidades continuam presentes, mas com certeza foram abreviadas pela sua paciência, reconhecimento e esforço em permitir meu autodesenvolvimento. Muito obrigada!

Extraordinária gratidão também sinto pela professora Maria Rita Marques de Oliveira. Sua generosidade quase que desprestenciosa cativa e aproxima as pessoas de sua companhia, de seu trabalho, de seus ideais. Obrigada por me apresentar à complexidade do campo da segurança alimentar e nutricional e por possibilitar tantas vivências com você, com a Rede SANS e também a iniciativa deste trabalho.

Um agradecimento especial para Diego. Pelo seu amor que me fez voltar e que sempre me apoiou desde o início deste projeto. Por sua cumplicidade e companhia que me sustentam diariamente e pela compreensão dos vários momentos desse percurso. Obrigada pelos mimos, reconhecimento, envolvimento e todo esforço em me manter corajosa.

Agradeço carinhosamente a ajuda da estudante Vanessa Cardoso. Uma agradável e satisfatória companhia de trabalho que possibilitou burilarmos juntas nossas capacidades.

Sou grata a todas as pessoas que contribuíram com esse trabalho. Desde os funcionários e professores da Faculdade de Saúde Pública até os entrevistados ou àqueles com quem somente falei por telefone. Obrigada a todas as organizações que aceitaram expor e contar-me suas histórias e seu cotidiano e que me receberam com gentileza e atenção.

Agradeço às amigas Mariana, Silvana, Denise, Marcinha, Natália, Nayara, Bete, Jéssica e Christiane pela recepção, apoio, companheirismo e pela partilha mútua de experiência, vitórias, frustrações e conhecimento. Grata também ao coleguismo acadêmico e institucional das representantes discentes Larissa, Priscila, Carla, Juliana, Lúcia e Vicente. Agradecimento especial à amiga do coração Carolina, com quem compartilhei e troquei, mesmo distante, as novidades do mestrado.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa recebida como apoio ao desenvolvimento desta pesquisa de mestrado.

Finalmente, agradeço a Deus pela oportunidade de ter vivido tudo isso. Ter conhecido tantas pessoas, ter aprendido muito e ter ampliado mais um pouco meu olhar sobre a vida.

“O que se opõe ao descuido e ao descaso é o cuidado. Cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção. Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”.

(Leonardo Boff)

RESUMO

NEGRI, F. **Dinâmicas locais da participação social em Segurança Alimentar e Nutricional**. 2015. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2015.

A pesquisa foi desenvolvida tendo como referencial a ideia de sociedade complexa, caracterizada pela multiplicidade de espaços de vivências; pelo alargamento das possibilidades de ação que superam a capacidade efetiva de ação dos sujeitos e pela alta densidade de informação que provoca uma condição de incerteza permanente nas escolhas dos indivíduos. O Brasil convive com um histórico de desigualdade social e racial, resquício de um sistema político autoritário e que ainda limita a representação social e democrática no país. Nesse contexto social, o reconhecimento da Segurança Alimentar e Nutricional como um problema público envolve a escolha de um conjunto de mecanismos e estratégias capazes de dar consistência e identidade a programas e ações na área. Por isso, é importante conhecer as diferentes estratégias de participação social em Segurança Alimentar e Nutricional e também entendê-las no âmbito das políticas públicas e dos espaços participativos institucionalizados. Dessa forma, este estudo propôs-se a compreender, no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, as dinâmicas sócio-participativas no município paulista de Registro e adjacências. Foram realizadas entrevistas temáticas semiestruturadas e observação não participante com sujeitos de organizações e grupos que foram identificados pelo sistema de rede e as informações obtidas foram analisadas qualitativamente. Foram descritas as ações e as motivações dos 25 grupos encontrados. A diversidade de motivações aparece como um entrave na formação de um conjunto de ações integrado e favorável à intersetorialidade, assim como questões burocráticas e os interesses específicos das organizações. Os grupos relatam a sobrecarga de trabalho, a falta de pessoas tecnicamente especializadas, a falta ou distanciamento de lideranças comunitárias/políticas e a inexistência de estratégias para a continuidade das ações como dificuldades na atuação dos grupos. Apontam a capacitação e qualificação política como possibilidade de integração entre demandas sociais e políticas públicas já instituídas. Tanto a sociedade civil quanto as instituições governamentais têm grande presença nos espaços institucionalizados de participação. Nem sempre essa participação é contínua, devido a aspectos de disponibilidade e acessibilidade dos grupos participantes e também devido à percepção de pouca efetividade dessas participações para a conformação de um conjunto de ações que beneficiem a sociedade local. A criação de condições, espaços e estratégias para a efetivação da segurança alimentar e nutricional local é um desafio contínuo para a aproximação e o entendimento das pessoas e para a integração de políticas públicas em uma perspectiva de intersetorialidade.

Palavras-chave: participação social, segurança alimentar e nutricional, institucionalização, redes.

ABSTRACT

NEGRI, F. **Local Dynamics of social participation in Food and Nutritional Security.** 2015. Master's thesis - School of Public Health at USP, São Paulo, 2015.

The research was developed under the idea of a complex society, as a reference point. This society is characterized by the variety of social spaces; by broadening the possibilities of actions that exceed the subjects' effective capacity for acting, and by the high density of information that causes a permanent condition of uncertainty in the individual's choices. Brazil has a history of social and racial inequality that remains from an authoritarian political system, which still limits social and democratic representation in the country. In terms of this social context, recognizing Food and Nutritional Security as a public issue involves choosing a group of mechanisms and strategies capable of giving some consistency and identity to programs and actions in this area of expertise. Therefore, it is important to recognize the different strategies of social participation in Food and Nutritional Security and also look at them in the context of public policies and of institutionalized participatory spaces. Thus, this study proposes to better understand the social-participative dynamics within the context of Food and Nutritional Security, in the city of Registro and the surrounding towns, in the state of São Paulo. Semi-structured interviews were conducted along with non-participative observation of subjects from organizations and groups that were identified by the network system, and the information obtained received a qualitative analysis. The actions and motivations of 25 groups were described. The diversity in motivation appears as an obstacle in forming a set of integrated and beneficial actions to the intersectionality, as well as bureaucratic issues and specific interests the organizations have. The groups have reported the overload of work, the lack of properly trained people, the lack of or the distancing of community/political leadership and the lack of strategies for continuing the actions, as difficulties for the groups' performance. They identify the political development and qualification as the possibility for integrating social demands and public policies that have already been established. Both the civil society and the governmental institutions have great presence in the institutionalized participatory spaces. This participation is not always continuous due to the availability and accessibility aspects of the group participants and also due to the feeling that there is little effectiveness of this involvement for assembling a group of actions that benefits the local community. Creating conditions, spaces and strategies for effectiveness of local food and nutritional security is a continuing challenge for bringing people together and for their better understanding, and also for the integration of public policies in a perspective of intersectionality.

Key words: social participation, food and nutritional security, institutionalization, networks.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1.SOCIEDADE COMPLEXA	14
1.2. CONTEXTO BRASILEIRO	20
2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	24
3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	30
3.1. REDE SANS	34
4. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....	38
5. OBJETIVOS	39
5.1. OBJETIVO GERAL	39
5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	39
6. MATERIAL E MÉTODO	40
6.1. O CENÁRIO LOCAL.....	41
6.2. SELEÇÃO DOS SUJEITOS.....	42
6.3. COLETA DE DADOS	44
6.4. ANÁLISE DE DADOS	47
6.5. ASPECTOS ÉTICOS.....	50
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	51
7.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	51
7.1.1. Perfil dos entrevistados	51
7.1.2. Atuação nas organizações	51
7.2. CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES	52
7.2.1. Ações e motivações das organizações.....	53
7.2.2. Recursos e dificuldades.....	69

7.3. ARRANJOS SOCIAIS DAS ORGANIZAÇÕES	75
7.3.1. Organização interna	75
7.3.2. Relações e comunicação	88
7.4. PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICES	111
APÊNDICE 1 – Sistematização das ações locais em SAN do município de Registro.....	111
APÊNDICE 2 – Campo temático de investigação local	116
APÊNDICE 3 – Roteiro para entrevista	117
APÊNDICE 4 – Roteiro de observação	119
APÊNDICE 5 – Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)	120
ANEXOS.....	121
ANEXO 1 – Aprovação do estudo no Comitê de Ética em Pesquisa	121
CURRÍCULO LATTES.....	123

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

AMVIN – Associação de Moradores da Vila Nova

CATI – Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CI – Comunicações Internas

CMSA – Conselho Municipal de Saúde de Registro

CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Registro

CONSAD – Consórcio Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CONSEA/SP – Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo

COOPAFASB – Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras

COOPAR – Cooperativa dos Produtores Agrícolas de Registro e Região

COOPERATIVA FAMÍLIA DO VALE – Família do Vale Cooperativa Agroecológica dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira

CORLIS – Coordenação Regional do Litoral Sudeste

CUT-Registro – Central Única do Trabalhador de Registro

DHAA – Direito Humano à Alimentação Adequada

FAC – Fraterno Auxílio Cristão

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNDEB – O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GUAPIRUVU – Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Guapiruvu

IDESC – Instituto de Desenvolvimento Sociocultural e Cidadania

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MST – Movimento dos Sem Terra

NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

NEDET/MDA – Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PLANSAN 2012-2015 – Plano de Segurança Alimentar e Nutricional

PMAQ – Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER – Política de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNSAN – Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

PTDRS – Plano Territorial para o Desenvolvimento Rural Sustentável

Rede SANS – Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional

SINTRA VALE – Associação de Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo

SISAN – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SMADSES – Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e Economia Solidária

SUS – Sistema Único de Saúde

UC – Unidades de Conservação

UE – União Europeia

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – campus Registro

VISA – Vigilância Sanitária do município de Registro

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1. Diagrama da rede de busca de entrevistados, sequência de entrevistas e organizações/grupos abordados	43
Figura 2. Localização e área geográfica da região do Vale do Ribeira.....	58
Figura 3. Rede de parceiros das organizações institucionais	89
Figura 4. Rede de parceiros das organizações da sociedade civil	90
Figura 5. Rede de parceiros dos Conselhos Municipais.....	91
Quadro 1. Conjunto categorial para análise dos dados	49
Quadro 2. Apresentação dos grupos segundo sua origem e tipo de organização.....	52
Quadro 3. Apresentação dos grupos segundo sua atuação.....	53
Quadro 4. Participação das organizações institucionais nos Conselhos Municipais	98
Quadro 5. Participação das organizações da sociedade civil e de membros dos Conselhos abordados nos Conselhos Municipais.....	99

1. INTRODUÇÃO

Apesar das teorias em torno da participação social e dos movimentos sociais serem amplamente tratadas em trabalhos reconhecidos e nos variados debates, essa é uma questão que está sempre aquecida pelas constantes mudanças no cenário político e econômico devido aos interesses sociais. A dimensão prática desse debate anuncia um número crescente de pessoas reconhecendo-se de diferentes formas como sujeitos políticos na participação social.

A aproximação dessa discussão à temática de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) foi o que instigou o desenvolvimento desse trabalho. O envolvimento para estímulo à criação de uma rede social de segurança alimentar e nutricional no Estado de São Paulo (Rede SANS) entre 2010 e 2013, e o estudo e a observação das conquistas, dificuldades e conjuntura em que se dá a participação em saúde, fez surgir o interesse de saber como as ações participativas articulam-se no heterogêneo e complexo campo da SAN.

Assim como em várias frentes do Sistema Único de Saúde (SUS), o debate sobre a SAN no Brasil apropria-se cada vez mais de um enfoque sistêmico que, neste caso, considera a intersetorialidade como a manifestação da interdependência entre as múltiplas dimensões da SAN, entre os diversos atores sociais envolvidos e entre as ações de fato. Apesar dos esforços do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em instituir e fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), ainda é possível antever um longo caminho até que esse olhar sistêmico sobre a realidade global, nacional e local transforme-se em políticas públicas de desenvolvimento, que reconheçam a interligação e a interdependência entre as questões sociais, econômicas e políticas (ROCHA e col., 2013).

Muito bem inserida na abordagem sistêmica da SAN também está a perspectiva de Promoção da Saúde que prevê o desenvolvimento de políticas públicas de ação intersetorial,

que modifiquem a relação entre cidadãos e Estado ou que atinjam mudanças sociais mais profundas por meio da educação popular (CASTIEL, 2004).

Sob a perspectiva da participação social serão abordados na parte introdutória os elementos que são pertinentes a este trabalho, inseridos no contexto atual da sociedade contemporânea e no contexto brasileiro. Serão apresentadas posteriormente as estratégias e recursos para o delineamento e desenvolvimento da pesquisa, bem como a aproximação dos achados aos referenciais teóricos escolhidos (resultados e discussão) e as considerações finais.

1.1. SOCIEDADE COMPLEXA

A facilitação dos transportes e da comunicação proporcionada pela industrialização na era moderna fez surgir nações mais desenvolvidas e integradas ao modelo de Estados-Nações. Esse sistema político caracterizado pela soberania, cidadania e nacionalismo, é atualmente adotado por praticamente todas as sociedades mundiais e possibilitou maior influência dos governos sobre a vida e costumes de seus cidadãos, por meio das leis e das decisões perante aos outros Estados-Nações (GIDDENS, 2012).

É certo que a tecnologia deu novo rumo ao modo de vida de boa parte das pessoas. No entanto, deve-se ponderar que a facilidade de acesso e desenvolvimento de novas tecnologias pelos Estados mais desenvolvidos promoveu um período de maior segregação e exploração, piorando a situação das sociedades mais pobres. Entre outras mudanças sociais significativas do período industrial estão o desenvolvimento econômico, com ampliação do modo de produção capitalista e o despontar crítico e inovador propiciado pela ciência (GIDDENS, 2012).

Até hoje a agricultura permanece como uma atividade essencial, mesmo nos países industrializados. Contudo, o destino de suas produções é o mercado mundial em detrimento do consumo local. Isso ajuda a explicar a alteração da concentração populacional urbana desde a época moderna, devido à maior oferta de empregos, principalmente vinculados ao comércio e à indústria.

Nesse período, também os hábitos e costumes hegemônicos passam a não serem mais reconhecidos como tradição, reclamando uma racionalidade na maneira de se viver e adensando cada vez mais as ideias democráticas de liberdade, igualdade e participação como condição constante de mudança e aprimoramento (GIDDENS, 2012).

É também na conjuntura do mundo industrializado em que TOURAINE (1989b) reflete sobre o desaparecimento de dois elementos na sociedade pós-industrial, chamados por ele de “sagrado” e “tradicional”. O “sagrado” faz referência a um mundo ordenado por Deus e, nesse cenário a ciência vai aos poucos tomando esse espaço central na vida política dos homens. Com as certezas divinas restritas ao ambiente familiar, os conflitos de classes no âmbito da produção, relacionadas ao sistema capitalista e ao poder político vinculado a esse, perdem força. Ou seja, as reivindicações profissionais e econômicas dos movimentos sociais por uma comunidade reunificada, com homens livres, a proteção do bem comum e a efetivação da unidade nacional dão espaço a conflitos sociais generalizados (TOURAINE, 1989a; MELUCCI, 1997).

O decadente desejo de uma sociedade sem classes e sem conflitos também abriu espaço para o “tradicional” se perder, este se referindo à continuidade das culturas e das regras de organização social, realizada por meio da educação. Com essa manutenção enfraquecida os laços familiares e os processos de transformação social foram abalados, gerando uma crise nos mecanismos de reprodução social. Essa crise coloca o ensino como

alvo de constantes protestos, evidenciando-o como instrumento de reprodução das normas sociais dominantes e consequentemente ultrapassado (TOURAINÉ, 1989b).

Desmantelar as tradições e as obrigações estabelecidas com o “sagrado” significava desvencilhar-se de tudo aquilo que impedia a construção de uma racionalidade percebida como eficaz. As relações sociais expostas e fragilizadas com essa descontinuidade tornam-se impotentes para lidar, tão menos competir com as razões econômicas que emergiam e que se afastavam das restrições políticas, éticas e culturais, fortalecendo-se cada vez mais como uma nova ordem (BAUMAN, 2001).

Ao final do século XX vemos o sistema democrático instaurado em 62% dos países de todo o mundo. Atualmente menos de um terço dos países ainda mantêm sociedades autoritárias, constatando que a democracia se mostrou politicamente melhor que o autoritarismo, sugerindo inclusive que a globalização foi um processo decisivo na expansão do sistema democrático. Acrescenta-se a isso o fato de que a globalização da comunicação, devido ao contínuo progresso das tecnologias, aproximou as culturas e expandiu as ideias democráticas, o que fortaleceu os movimentos em prol da democracia e propagou os processos revolucionários, sobretudo regionalmente (LINZ, 2000).

Em um mundo globalizado emergem organizações internacionais que também pressionam os Estados rumo à democracia, a exemplo da Organização das Nações Unidas (ONU) e da União Europeia (UE), que também têm um papel importante na melhoria de aspectos da participação em diversas partes do mundo. A estabilidade dos Estados democráticos igualmente colabora para a expansão desse sistema, visto que o capitalismo em pleno desenvolvimento antepõe uma visão de lucro às suas relações de negócios, o que privilegia as operações das grandes corporações com países de maior estabilidade político-econômica (LINZ, 2000; GIDDENS, 2012).

No entanto, no decorrer do século XX a globalização propagou a democracia, mas também gerou circunstâncias perigosas, entre outras, a difusão da tecnologia de destruição em massa, poluição de vários tipos, o terrorismo, crises financeiras internacionais (GIDDENS, 2012). Consequentemente, os Estados democráticos tornam-se cada vez mais inaptos para gerenciar grandes questões como essas, ao passo que apresentam uma estrutura gerencial demasiado sofisticada para tratar de assuntos locais, o “que explica em parte porque as pessoas não se sentem suficientemente entusiasmadas para participar” (Bell citado por GIDDENS, 2012 p. 712), tendo como dispositivo o voto. Essa conjuntura reflete as dificuldades dos atuais Estados democráticos em manter uma ordem democrática social, seja pela complexidade de transição dos antigos regimes adotados, ou pela perda de confiança nas instâncias de poder (GIDDENS, 2012).

Na contemporaneidade, MELUCCI (1997) faz considerações sobre a sociedade complexa, ao apontar que uma das características da atual sociedade seria a de um sistema social diferenciado, dada pela multiplicidade de espaços de vivências. Isso significa dizer que esses diferentes e crescentes espaços de experiências individuais ou relações sociais são marcados por uma diversidade de regras e lógicas que expressam cada um desses espaços, o que limita a transferência de modelos, de pautas e de ação de uma esfera a outra. Outro aspecto de uma sociedade complexa seria a variabilidade, dada por sua frequente e rápida alteração. Essa mudança veloz do sistema impossibilita a reprodução dos modelos de ação de um tempo a outro, já que as características do sistema foram e são modificadas constantemente.

Nessas duas primeiras reflexões trazidas por Melucci são tratados, respectivamente, os âmbitos espaciais e a transitoriedade temporal das experiências. Já, um terceiro elemento da sociedade complexa, a excedência cultural é definida pelo “alargamento das possibilidades de ação, que ultrapassam amplamente a capacidade efetiva de ação dos sujeitos” (MELUCCI,

1997 p. 22). À disposição das pessoas estaria uma gama de possibilidades de ação dispostas pelo sistema, muito além das ações possíveis e realizáveis pelos indivíduos.

Em uma sociedade complexa e com alta densidade de informação circulante a incerteza parece ser uma circunstância permanente para o indivíduo. Isso decorre da impossibilidade do conhecimento total e constante, e também do fato dos indivíduos pertencerem a uma diversidade de sistemas em espaços e tempos distintos, o que pode dificultar a orientação e determinação de oportunidades. Diante dessa condição de incerteza faz-se premente a escolha de alternativas para diminuir o grau de incertezas, criando uma relação constante entre incertezas e escolhas (MELUCCI, 1997). A concepção de reflexividade social de GIDDENS (2012) também trata do incessante pensar e refletir dos indivíduos nas circunstâncias vividas na era da informação. Essas colocações reforçam o que Touraine apresenta sobre a perda do “tradicional” na sociedade contemporânea, referindo-se a costumes e modos estabelecidos que passaram a ser atualmente elementos de decisão e consequentemente de incerteza (TOURAINÉ, 1989b; MELUCCI, 1997).

Segundo BECK (2006) o progresso científico e tecnológico ocasiona alteração nas situações de risco enfrentadas pelos indivíduos. A impetuosidade da renovação tecnológica tem um efeito de transformação social muito rápido e essa situação de incerteza política, econômica, cultural e social ultrapassaria os horizontes individuais e nacionais. Nessas circunstâncias de risco, na era da globalização, os Estados-Nações têm se tornado cada vez mais influenciáveis e menos influentes, a configurar um sistema de interdependência e intercooperação entre países, marcado pelo reconhecimento e aceitação da diversidade cultural.

Nessa relação escolha-incerteza a tomada de uma decisão produz sempre uma nova situação de incerteza, o que sustenta ainda mais essa relação e gera um campo contraditório no que diz respeito à ação social, já que a decisão e a escolha estão geralmente relacionadas à

percepção de liberdade e autonomia, mas acabam por ser uma “necessidade social permanente” (MELUCCI, 1997 p. 23; PIZZORNO, 1990).

“Ao contrário da maioria dos cenários distópicos, este efeito não foi alcançado via ditadura, subordinação, opressão ou escravização; nem através da ‘colonização’ da esfera privada pelo ‘sistema’. Ao contrário: a situação presente emergiu do derretimento radical dos grilhões e das algemas que, certo ou errado, eram suspeitos de limitar a liberdade individual de escolher e de agir” (BAUMAN, 2001 p. 12-13).

Observado que a informação é também um dos principais meios para o funcionamento de sistemas complexos caracterizados pela incerteza, estes sistemas necessitam de sujeitos que trabalhem como geradores e receptores de informações, chamados por MELUCCI (1997) de sujeitos autorreflexivos, aptos a decidirem e a reduzirem as incertezas. À definição de sistema diferenciado se estabelece a necessidade de integração e controle dos sistemas complexos, com desarticulação das pré-condições de ação, ou seja, de uma interposição sobre o arcabouço “motivacional-cognitivo-afetivo”, que constitui o sentido de agir do indivíduo (MELUCCI, 1997 p. 25-26). Logo, o poder inerente do sistema complexo está no controle dos conteúdos, das expressões de ação e por isso, também nos códigos e nas linguagens que estabelecem o sistema (MELUCCI, 1997), ou seja, estratégia que promove a liberdade dos sujeitos, no entanto os mantem radicalmente desengajados e desencontrados uns dos outros (BAUMAN, 2001).

Os conflitos que emergiram e emergem nessa conjuntura interpelam sobre a produção e distribuição dos recursos de informação para os sujeitos e, sobre a configuração do poder e do controle praticados na sociedade complexa por meio desses recursos. Os conflitos “dizem respeito à capacidade ou à possibilidade dos sujeitos de definirem (autonomamente) o sentido das suas ações” (MELUCCI, 1997 p. 24), por meio de recursos oferecidos de educação, cultura, comunicação, resultando na produção, recepção e troca de informações entre os

sujeitos individual e coletivamente de maneira a decidirem e reduzirem suas incertezas (MELUCCI, 1997). Esses conflitos marcam a transformação e o estabelecimento de uma nova ordem em que a comunicação dá o tom do entrecruzamento de escolhas e políticas de vida individuais e ações políticas coletivas (BAUMAN, 2001).

Destaca-se então na contemporaneidade a permeação dos conflitos além da esfera política ou social coletiva, surgindo também no seio familiar, espalhando-se pelas relações interpessoais e afetivas, pelas questões de sexualidade e de gênero, de identidade pessoal, questões envolvendo a qualidade de vida e o sistema educacional (TOURAINÉ, 1989a; 1989b; MELUCCI, 1997; GIDDENS, 2012). Nesse sentido, MELUCCI (1989) aborda esses conflitos na sociedade contemporânea como realidade permanente e estável no andamento do sistema, este se configurando como rede social em que se constitui, negocia-se e recompõem-se uma identidade coletiva, em busca de reconhecimento e da redução das incertezas.

1.2. CONTEXTO BRASILEIRO

O acelerado processo de urbanização e industrialização proveniente da modernização do Estado-nacional desenvolvimentista foi intensificado no período ditatorial. No entanto, essa condição não modificou a organização fundiária do país e ainda gerou acumulação e centralização de riquezas com consequente crescimento das desigualdades (FEDOZZI, 2009).

Com o fim da ditadura, em 1985, inicia-se um debate sobre a reconfiguração da sociedade civil, esta se delineando com maior autonomia em relação ao Estado. Os antigos significados que caracterizavam a participação e limitavam a atuação da sociedade civil foram lentamente perdendo força diante do retorno das instituições democráticas fundamentais e do estabelecimento de novos canais de participação e de representação política, alcançados pelo

esforço dos próprios movimentos populares. O período de transição democrática, assim, colaborou para a manifestação de diferentes projetos políticos eclodidos das novas formas de associativismos, revelando compreensões diferenciadas sobre esse processo e definindo a heterogeneidade e pluralidade dos grupos (DAGNINO, 2002; GOHN, 2008).

Apesar disso, a volta das instituições formais básicas da democracia não foi conduzida apropriadamente pelo Estado para a resolução da exclusão e da desigualdade, contanto, houve piora dessas condições sociais, o que destacou a necessidade de desenvolver e integralizar as ações e efeitos da democracia expandindo o controle social sobre o Estado. Nesse sentido, os atores sociais revelados por essa nova conjuntura consolidam sua atuação no próprio âmbito das políticas públicas (DAGNINO, 2002; GOHN, 2008).

Um efeito inevitável dessa nova atuação da sociedade civil é a necessidade de espaços públicos novos para o debate e deliberação sobre temas e questões de interesse para a realização das políticas. Estes espaços despontam como real oportunidade de representação e participação das comunidades, surgindo a partir dos anos 1990 na forma de conselhos, fóruns, audiências públicas, câmaras setoriais, redes jurídicas locais articuladas a outras instâncias de caráter regional, nacional e internacional, orçamentos participativos, etc. (DAGNINO, 2002; GOHN, 2008).

A euforia pelo surgimento dos novos espaços públicos é assinalada também pelo distanciamento entre a sociedade civil e os partidos políticos. O precário desempenho mediador dos partidos que tendem a se aproximar mais do Estado, enquanto poder, negligencia a representatividade da sociedade civil, resultando em embates e conflitos nos novos espaços de participação (DAGNINO, 2002; GOHN, 2008; MOISÉS, 2010).

Ao considerar o processo de construção democrática privado de linearidade, com dimensões contraditórias e também fragmentado, o novo engendramento de atores e atuações não esconde a emergência de novos conflitos, já que promove o enfraquecimento dos

movimentos enquanto unidade e força mobilizadora sócio-política e valoriza os deveres dos cidadãos refreando sua ação e empurrando-lhes à condição de cliente e consumidor de um serviço público (DAGNINO, 2002; GOHN, 2008).

Essa renovação de atribuições atrelada ao estabelecimento da nova política de distribuição e gestão dos fundos públicos também cooperou para o desarranjo das formas de ação dos movimentos, que se reorganizaram no planejamento e proposição conjunta com o Estado de projetos e programas (DAGNINO, 2002; JOHNSON e PACHER, 2008; GOHN, 2008).

“A atuação por projetos exige resultados e tem prazos. Mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais, a maioria dos quais já vinha totalmente pronta e atendia a pequenas parcelas da população. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias dos serviços sociais” (GOHN, 2008 p. 82-83).

Com esses impedimentos e condições as demandas sociais classificam-se de acordo com os padrões públicos de administração, estes não estando ao alcance das investidas participativas da sociedade civil, sequer de algum controle. Os investimentos sociais são dispostos em alçadas federais que privilegiam os compromissos internacionais e econômicos com forte apreciação da restrição e condicionalidade de verbas e de acordos político-partidários (GOHN, 2008).

Percebe-se, dessa maneira, que os “contextos institucionais criam redes de incentivos e restrições à participação em distintas formas de ação coletiva que não podem ser ignoradas” (North; Rothstein citados por RENNÓ, 2003 p. 71). Os espaços institucionais podem não ser espaços de efetiva ação e, portanto, de enfraquecida identificação, funcionando até como estruturas de controle do sistema ao intervir nas pré-condições de ação (TOURAINÉ, 1987; BLANCO, 1996; MELUCCI, 1997).

Em particular, no Brasil, os movimentos sociais contemporâneos diferenciam-se daqueles do período anterior à ditadura, assim também como dos movimentos surgidos durante o regime autoritário, não obstante os movimentos atuais terem grande relação com os movimentos eclodidos na década de 1980. Apesar da limitada circulação no espaço transnacional e até nacional, os movimentos do final da década de 1980 “não eram voltados apenas para si próprios, olhavam para o outro, até para poderem construir a própria identidade” (GOHN, 2010 p. 17).

Nesse sentido, hoje o Brasil é tomado por uma diversidade de ações refletidas pela conjuntura histórica social e política do país, mas destacam-se os movimentos sociais articulados em redes, com organização político-social diferenciada, atuação autônoma e de abrangência territorial irrestrita, a exemplo do Movimento dos Sem Terra (MST) e a Via Campesina, o movimento negro, o movimento dos estudantes, entre outras redes e associações locais e regionais (GOHN, 2010).

2. PARTICIPAÇÃO SOCIAL

As emergentes e evidentes limitações da democracia não revelam uma decadência do sistema, mas sim uma inquietude em relação à participação dos cidadãos no próprio sistema, acrescentada à descrença “das pessoas comuns na capacidade de ação do Estado” (GUIDDENS, 2012 p. 721).

A situação de confiança envolve uma restrição instrumental sobre determinado conhecimento e das circunstâncias em que um Estado democrático insere-se. Desse modo, “a confiança representa uma espécie de *capital de governança*, ou seja, um facilitador na aceitação de decisões que, no ambiente de certezas provisórias que caracteriza o processo democrático, exigem amplo apoio público para serem bem-sucedidas” (MOISÉS, 2010 p. 46). Faz-se referência aqui à confiança política, a confiança dos indivíduos nos sistemas, nos quais se depositam crédito no andamento e competência gerencial sem ter referências sobre como as ações podem ser desenvolvidas (GIDDENS, 1991). A confiança nas instituições, logo, estaria vinculada ao conhecimento prévio das incumbências estabelecidas para estas pela própria sociedade, no que cabe dizer sobre a inexistência de neutralidade sobre essas fundações e, de que não há, portanto, um depósito irrestrito de confiança política dos cidadãos (MOISÉS, 2010).

O mecanismo do voto e o ato de votar não são o bastante para assegurar aos indivíduos a sociedade que desejam e, dessa maneira a relação participativa e de controle desses indivíduos com as instituições representativas e ações estatais por meio de políticas públicas, é muito importante para garantir as características essenciais de igualdade, liberdade e cidadania da democracia (MOISÉS, 2010).

Nas sociedades complexas a confiança seria uma manifestação difusa, ao ter relação não somente às instituições, mas também às pessoas conhecidas e desconhecidas. A relação

entre a confiança no público e no privado e as ações coletivas, estaria nas circunstâncias de escolha dos indivíduos, ou seja, em situações em que não se tem viabilizada uma opção de atuação, o nível de confiança manifestado pelas pessoas parece ser maior, mesmo que haja certa desconfiança processual (MOISÉS, 2010).

Em algumas condições tributadas às diversas instituições que compõem nossa sociedade os indivíduos não teriam alternativas eficazes para driblar a desconfiança sobre elas e alcançar um estado de menor incerteza, a exemplo do sistema jurídico que rege cada país, sem desenvolvermos sobre as particularidades e limitações de cada indivíduo e grupo. Justamente por isso, a confiança em pessoas com as quais não se tem intimidade estaria ligada a determinada característica cooperativa e de ação de interesse coletivo e, nesse caso compartilhar uma esperança comum derivada da confiança seria uma possibilidade à vulnerabilidade da sociedade complexa (GIDDENS, 1991; MOISÉS, 2010).

Ao não ter informações e nem controle sobre os elementos envolvidos em sua vulnerabilidade os indivíduos teriam na confiança um canal importante na execução de planos sociais amplos que afirmam os direitos à cidadania. Então, a confiança social diminuiria a complexidade das escolhas individuais atreladas às incertezas da contemporaneidade à medida que a segurança da partilha beneficiaria a definição de novas relações e da própria conduta do indivíduo (GIDDENS, 1991; O'NEILL, 2002; MOISÉS, 2010).

Dada a incerteza que rege o poder político do Estado as comunidades tentam legitimizar e historicizar tradições por meio da autoafirmação. No entanto, limitações prementes no que tange a atuação do Estado-nação e as ações comunitárias, apontam outra perspectiva a se levar em consideração: o estabelecimento dos Estados-nações deu-se justamente pelo extermínio das tradições comunitárias (dialetos, costumes) e supervisionada pelo Estado determinou-se uma nova “comunidade natural” amparada por uma unificação legislativa (BAUMAN, 2001). Dentre outros aspectos já relacionados, os espaços

institucionais de participação são apresentados novamente como meios de supervisão e manutenção do controle das ações coletivas.

Não obstante a participação pelo voto e a ação conjunta com o Estado, têm-se também as ações participativas fora do eixo institucional que permitem aos grupos e movimentos sociais maior autonomia enquanto ação social e coletiva (SCHERER-WARREN, 2006).

Nessas condições pode-se pensar a ação coletiva como

“acción conjunta de individuos para la defensa de sus intereses comunes (que) tiene la característica de que es acción dirigida a los otros, es más que la agregación de voluntades individuales: para que se pueda hablar de un interés colectivo y del desarrollo de unas expectativas es necesario referirse a un proceso de identificación en el cual se articula un proyecto social que da sentido a las preferencias y expectativas colectivas e individuales” (BLANCO, 1996 p. 3).

As considerações de GOHN (2008, p. 30) delineiam o escopo da participação como

“um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova”.

Dessa maneira,

“para que um indivíduo ou um grupo possa dar sentido à sua participação numa ação social, ele tem que decodificar o significado do que está em tela, em termos do conteúdo das mensagens implícitas, determinar quem é o emissor e o receptor (sic), que universos simbólicos contêm, que valores defendem ou rejeitam” (GOHN, 2008 p. 31).

Sobre a dinâmica dos movimentos sociais DIANI (1992) ressalta aspectos como: a organização em redes informais de interação; crenças e solidariedade compartilhadas; ação coletiva desenvolvida em áreas de conflito; e ação que se desenvolve fora da esfera institucional e dos processos usuais da vida social.

Quanto à organização dos movimentos em redes, esta se dá mais por redes livres do que por formas estanques de organização e atuação, sem um centro único ao que sobressai uma descentralização de centros, na qual se percebe uma estrutura policéfala. Por isso a organização em rede tem um caráter criador de novas ordens e também libertador, e em decorrência das situações políticas contemporâneas, deixa de ter uma existência incidente e surge como uma forma de organização multifacetada permanente e de multiliderança. Isso justifica a abordagem das redes como uma simbologia de repúdio da tradicional política, assinalada pelo sistema patriarcal e burocrático, pelo sindicalismo e partidarismo, a marcar também um novo caminho político, no qual não se busca tomar o Estado, mas recorrer a uma estratégia direta com as pessoas, no que diz respeito ao trato, às relações e a tudo que tange a cultura (TOURAINÉ, 1989a; MELUCCI, 1989; MARTINHO, 2004; Papadakis citado por GIDDENS, 2012; GOHN, 2008; GIDDENS, 2012).

Dessa maneira, evidencia-se também o amplo uso dos meios de comunicação como forma não só de estruturação da rede, mas também de propagação das ideias e de oferecer a possibilidade política de participação a qualquer indivíduo. Por conseguinte, o próprio movimento social constitui-se simbolicamente como comunicação de ideias, pensamentos, sentidos e significados (MELUCCI, 1989; MARTINHO, 2004; GIDDENS, 2012).

O processo de interlocução nas redes promove o que MARTINHO (2004) chama de “dinâmica de comunidade” que é fortalecida pela cooperação e coordenação que dá sentido às sucessivas conexões entre atores e entre redes e as ações desses. Nessas condições, Capra (citado por MARTINHO, 2004) explica que a circulação não linear das informações implica em um processo circular de aprendizado que reorganiza continuamente as generalidades do sistema, o que mostra uma qualidade auto organizativa das redes. A comunicação como produção e movimentação de informações apresenta uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa, dando a possibilidade de uma

participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo (PERUZZO, 2004; MARANHÃO, 2013).

Ao falar da organização em redes informais e de caráter não institucional é fundamental destacar a existência e emergência de organizações não hierarquizadas, ou seja, da disposição e relação horizontal dos atores na rede (MARTINHO, 2004). Maturana (citado por CAPRA, 1996) diz que a hierarquia é própria da linguagem e da auto percepção humanas e não necessariamente uma particularidade cognitiva e, que a simbologia e a abstração estão atreladas à linguagem, logo à consciência humana. Segundo CAPRA (1996) isso fundamenta as ações que buscam estabelecer uma nova forma de linguagem e simbolicamente disseminar essas ideias por meio de sua atuação e organização.

A adoção de ações diretas e não violentas também pode ser uma marca simbólica de alguns movimentos, no esforço de negar a participação burocrática e de realizar as mudanças e transformação no tempo atual (GIDDENS, 2012). “De modo geral, a dinâmica das redes é uma enorme somatória de ações simultâneas diferenciadas, na qual muitos (e não todos) participam, empreendem, colaboram e exercem sua cidadania” (MARTINHO, 2004 p. 83). Isto posto, busca-se indicar a condição democrática, emancipadora e inclusiva da atuação dos indivíduos em redes sociais (MARTINHO, 2004).

Para BAUMAN (2001) a emergência desse tipo de organização nada mais é que a tentativa desalentada de “reinserção dos desenraizados” em vista das incertezas e revezes da vida urbana. O comunitarismo e a identidade surgem como espaços e meios de segurança perene em um mundo em constante mudança, imprevisível e “embora as pessoas tenham que escolher entre diferentes grupos de referência de identidade, sua escolha implica a forte crença de que quem escolhe não tem opção a não ser o grupo específico a que ‘pertence’” (BAUMAN, 2001 p. 198, 2003).

A comunidade é sentida como completa, pois as pessoas se agregam e partilham uma identidade, superando e abandonando o perigoso mundo externo (BAUMAN, 2001). Por essa concepção, MELUCCI (1989) e PIZZORNO (1990) dizem que a identidade coletiva e o processo de identificação pertencem a uma dinâmica de proteção individual e coletiva, do presente para o futuro, o que complementa a reflexão sobre a identidade coletiva como sendo uma identidade compartilhada e interativa, relativa às oportunidades e restrições em que a ação acontece e, a partir disso também podemos considerar a perspectiva da *“reapropiación del sentido de la acción individual y colectiva”* (BLANCO, 1996 p. 9) pelos grupos sociais.

3. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O Brasil convive com um histórico de desigualdade social e racial, resquício principalmente de um sistema político autoritário e que ainda limita a representação social e democrática no país (CONSEA, 2011).

A concepção de Segurança Alimentar e Nutricional que vem se consolidando no Brasil é reflexo do amplo processo histórico e social do país, indicação de uma dinâmica política-institucional que está em curso desde meados da década de 1990 e que envolveu diversas organizações da sociedade civil, instituições e movimentos sociais, articuladas na constituição de redes de políticas em torno deste tema (ANJOS e BURLANDY, 2010).

No período de 1973 a 1997 o Conselho Consultivo Técnico Científico em Alimentação e Nutrição integrava o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição, associado ao Ministério da Saúde. Esse foi o espaço em que se iniciou a organização do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Pelo decreto 807 de 1993 foi criado o CONSEA, no entanto, sua fragilidade inicial fez com que sua instituição fosse anulada, voltando a atuar somente após 2003, com cunho mais participativo (BOCCHI, 2010; FICO, 2011; IPEA, 2012).

Fortalecendo-se como um espaço consultivo do governo, as sugestões do Conselho são feitas em forma de documentos que contribuem com políticas, programas, ações governamentais e leis em tramitação no congresso, além das recomendações sobre as relações internacionais que poderiam ameaçar a soberania alimentar do país. A reativação do CONSEA também impulsionou a criação de muitos Conselhos estaduais e municipais, entre outras associações, fóruns e redes de discussão do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da SAN (BOCCHI, 2010; IPEA, 2012).

Devem-se reconhecer os avanços na mobilização social pela soberania alimentar e pela SAN, mas também a necessidade de aprofundar a discussão democrática e o processo de desenvolvimento do país com participação e controle social na elaboração, execução, monitoramento e avaliação das políticas que envolvem esses temas (CONSEA, 2011).

“O reconhecimento da SAN como um problema público e, portanto, como algo que merece a ação do governo envolve a escolha de um conjunto de mecanismos e estratégias capazes de dar consistência e identidade a programas e ações na área” (ROCHA e col., 2013). À vista disso, a SAN preenche cada vez mais espaço no ementário governamental, revelando um processo crescente de (re)construção de valores, com impactos diretos nos setores governamentais e na sociedade (BURLANDY, 2008).

Nos anos posteriores à reorganização do CONSEA foram realizados encontros regionais para melhorar a integração entre os conselhos que estavam surgindo e também para debater e organizar as propostas para o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (COSTA, 2008; BOCCHI, 2010).

O SISAN, instituído pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), foi conquista importante na empreitada de SAN do Brasil, e reforça essa construção de saberes em torno do tema na busca de promover e defender o DHAA. Como um sistema público o SISAN ambiciona facilitar a gestão integrada e participativa entre órgãos e setores públicos, privados e da sociedade civil na implementação de políticas públicas promotoras da SAN (BRASIL, 2006; CONSEA, 2006).

A concepção de SAN traçada na LOSAN afirma que

“segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (BRASIL, 2006).

Eventos relacionados com a temática da SAN envolvem espaços acadêmicos e de cunho mais intervencionistas, o que corrobora para a perspectiva de construção de políticas, programas e ações concretas, tanto governamentais como societárias (ANJOS e BURLANDY, 2010).

O diálogo entre o poder público e a sociedade civil incitado pelo SISAN, nas instâncias municipal, estadual e federal, prevê ampliar esforços, rever e discutir as perspectivas da SAN em cada setor social. Esse processo é marcado pela avaliação das demandas e questionamentos, declarando importância e perspectiva na atuação econômica, psicossocial, política, ética e cultural do país, o que se apresenta como um campo contributivo para a conformação de políticas públicas (CERESAN, 2006).

Nesse sentido, é importante verificar a abrangência da interlocução entre governo e sociedade no que diz respeito às diversificadas demandas de SAN e sua relevância e interface diante das outras políticas públicas já implantadas. A autorreflexão da sociedade como um todo é um desafio que se impõe como fator decisivo para a edificação de um projeto articulado em SAN, que integre crescimento econômico, social e humano e que permita a emergência da atuação ética e cidadã (CERESAN, 2006).

Isso se reflete na instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) em 2010, que por meio do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2012-2015) vem se dedicando à construção de uma intersetorialidade no campo da SAN. Devido também a um forte apoio da política, inclusive de recursos financeiros, e da participação das diversas organizações e mobilizações nos Conselhos e Conferências, principalmente no âmbito local e regional, coordenado pelo CONSEA, Câmaras Intersecretariais e a Câmara Interministerial (BRASIL, 2010).

O panorama de SAN pautado na LOSAN não se restringe à abordagem específica sobre a temática da fome, da escassez produtiva e do acesso à alimentação, e não se atém a

discutir os processos e comportamentos de consumo ou do estado nutricional das populações, ou ainda da segurança sanitária do alimento (ANJOS e BURLANDY, 2010). Essa concepção ampliada de SAN associa-se ao campo da Promoção da Saúde, visto que, o eixo central deste estudo, a participação social, insere-se em um contexto de determinantes sociais comum a esses dois campos, que trabalham com a compreensão da participação, segundo BURLANDY (2008), como propiciadora de processos integrados de desenvolvimento e sustentabilidade.

AZEVEDO e PELICIONI (2011) entendem a Promoção da Saúde como um amplo olhar que considera a multicausalidade do processo saúde-doença a partir de valores éticos, do estímulo à democracia e participação popular, equidade e práticas intersetoriais e sustentáveis. A Promoção da Saúde propõe a articulação dos saberes técnicos e populares e a mobilização de recursos institucionais e comunitários, públicos e privados. BUSS (2000) reforça a importância do comprometimento e integração entre ações políticas, comunitárias e da intersetorialidade, assim como BURLANDY (2008) que sugere a aproximação dos atores sociais e a reconstrução integrada dos modelos de cuidado à saúde como fortalecimento da intersetorialidade.

Defender a condição intersetorial da SAN prevê considerar a existência de conflitos e de resistência na estruturação de novas institucionalidades e na própria interação e entendimento com as organizações e atores em cena (ROCHA e col., 2013).

O reconhecimento dos determinantes sociais da saúde como condições intrínsecas à conformação econômica e social permite-nos considerar a saúde para além do aspecto biológico ou do ambiente físico. Isto possibilita a observação das várias relações entre saúde e sociedade, sem esquecer-se da correlação causal desses diferentes aspectos (CEBES, 2009).

As políticas promotoras da saúde e a atuação desse campo caminha na direção de vincular a saúde aos direitos dos cidadãos, inclusive da equidade (DOWBOR, 2008). Dessa maneira, o favorecimento do processo participativo dar-se-ia por meio do empenho político

efetivo na melhoria dos recursos educativos para o alcance da autonomia e emancipação dos indivíduos. Significa dizer que ampliar a capacidade crítica das pessoas a partir de processos interativos e de inserção comunitária, reconfiguraria o contexto de desigualdade educativa e consequentemente social (AYUSTE e col., 1994).

3.1. REDE SANS

As influências interorganizacionais e a expansão de ações de caráter público implementadas por atores não governamentais reconfigurou as fronteiras entre o público e o privado. Essas mudanças caracterizaram uma reação das autoridades públicas para com as organizações sociais e também culminaram em um compartilhamento de funções. As alterações na dinâmica organizacional das sociedades, em âmbito nacional e internacional, foram muitas, entre movimentos, campanhas, organizações comunitárias; e a política de redes tem sido estratégia assertiva e fundamental que se destaca na configuração de uma nova forma de organização descentralizada, tanto de pessoas, como de recursos (BURLANDY, 2011).

Para retomar a abordagem sobre a política e organização em redes, é essencial no contexto deste trabalho falar-se da Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável, Adequada e Solidária (Rede SANS). A Rede SANS é uma iniciativa que agrega pessoas e instituições de diversos segmentos sociais, incluindo a academia, e visa integrar as ações de SAN e de saúde utilizando como estratégia o fomento à articulação de uma rede social voltada à integração, à produção e à difusão de conhecimentos e tecnologias para o monitoramento nutricional e a promoção da alimentação saudável, adequada e solidária no espaço

comunitário de municípios paulistas; sendo esta animada por equipes intersetoriais locais (REDE SANS).

A missão da Rede SANS é “articular e envolver pessoas e instituições de diferentes contextos numa ação integrada de defesa e promoção da alimentação saudável, adequada e Solidária” (REDE SANS). Para tal, a Rede SANS contou com financiamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para início de sua articulação nos anos de 2011 e 2012 (REDE SANS).

O projeto desenvolveu várias atividades, ações e pesquisa nesse período que foram expostas no relatório de atividades¹, do qual se expõe aqui parte das informações. Entre as atividades realizadas está a elaboração e realização de um diagnóstico em SAN² nos 27 municípios que iniciaram a integração da Rede SANS, o que proporcionou subsídio para o desencadeamento desse trabalho (REDE SANS).

Entre as metas do projeto estava o desenvolvimento de um sítio virtual sustentado pela atuação da própria rede social, de forma a integrar os municípios e agregar novos participantes. Atualmente encontra-se em funcionamento um “portal de conhecimento com mais de 1.200 páginas indexadas nos principais buscadores”¹ e acessado em diversas partes do país e do mundo.

Outras ações e trabalhos foram desenvolvidos e veiculados por meio do *website*:

- a elaboração de um informativo semanal é um deles, o que colaborou para a proposta de integração ao dinamizar processos de revitalização de Conselhos e de ações em SAN nos municípios, mas também em nível estadual com forte contribuição para a reorganização do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (CONSEA/SP);

¹ Relatório de Atividades 2011-2012 da Rede SANS, documento não publicado cedido pela coordenadora do projeto.

² Documento disponível no site da Rede SANS no endereço: http://www.redesans.com.br/redesans/wp-content/uploads/2012/10/roteiro_para_realizacao_do_diagnostico.pdf

- a elaboração de vídeos educativos ou de divulgação da SAN e da Rede SANS também são trabalhos acessíveis no *website*, assim como dois cadernos instrutivos sobre plantio, meio ambiente e sustentabilidade no campo e um livro sobre frutas e frugívoros de criação coletiva;

- a Rede SANS também se empenhou para disponibilizar aos municípios informações e bases de dados de forma a auxiliar o planejamento e desenvolvimento das ações locais, além de compilar em uma biblioteca virtual textos, publicações e materiais educativos que subsidiaram as atividades dos cursos a distância ministrados via plataforma *moodle* da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, a partir do campus de Botucatu;

Os cursos disponibilizados foram desenvolvidos para professores, agentes de saúde, manipuladores de alimentos (eixo padarias) e nutricionistas da atenção básica de saúde. Os cursos à distância foram ferramentas importantes na difusão da Rede SANS, caracterizando-se como uma de suas principais ações concretas. Além do envolvimento dos municípios integrantes da Rede SANS, municípios vizinhos a esses e de outras sub-regiões também participaram dessa atividade.

Outra preocupação da Rede SANS foi a de contemplar a dimensão filosófica da articulação desenvolvida e da própria percepção sobre a SAN e, por isso a promoção de momentos que consideravam a estética e o lúdico e a posterior disponibilização desses debates no *website* foram importantes para a reflexão e amplificação das propostas do projeto.

A formação de 27 equipes intersetoriais capacitadas a articular e animar as redes locais e regionais foi possível graças ao impulso proporcionado primeiramente pelos encontros presenciais entre os diferentes atores da Rede SANS. Foram seminários, visitas, reuniões e outros eventos que propiciaram não só a capacitação, mas também a congregação de pessoas e

a ampliação da Rede SANS. A presença de um articulador local³ em cada um dos municípios foi reconhecidamente determinante para a promoção da articulação e mobilização das pessoas em defesa da SAN. Esses atores ainda favoreceram o processo de diagnóstico das ações locais, integração entre os setores sensibilizados, divulgação de informações e produção e troca de conhecimento por meio de capacitação e formação.

A articulação e integração das atividades de SAN nos municípios destacou-se como atuação substancial da Rede SANS, promovendo a formação de Conselhos Municipais de SAN, inclusive no município de Registro/SP e a reestruturação e melhoria de tantos outros, com facilitação de acesso às informações sobre as políticas públicas e sobre SAN.

Sobre a indução, construção e trajetória da Rede SANS percebe-se que

“ainda em termos de perspectivas, a coesão do grupo que esteve envolvido nos trabalhos durante esses dois anos nos parece frágil, mas um novo tecido vem surgindo com outras parcerias e novas articulações. Parece que é essa a dinâmica das redes (...) um dos nós do nosso trabalho é a dificuldade das pessoas de entender o conceito de SAN, que se apresenta para elas como algo muito abstrato. Para a desejada atuação interdisciplinar as pessoas precisam descobrir a relação entre a sua contribuição (seu núcleo de saber) e a prática ampla de promoção da segurança alimentar nutricional sustentável”¹.

³ O processo de articulação local nos municípios da Rede SANS foi conduzido por articuladores locais. Essas pessoas foram selecionadas por estarem engajadas e comprometidas com os propósitos da Rede SANS no território de abrangência do projeto. O processo de articulação da rede local de SANS buscou a integração com as redes já estabelecidas nos diversos territórios (REDE SANS).

4. JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

Observa-se que a SAN vive atualmente um contexto histórico de construção participativa de saberes e ações políticas, contexto esse já vivido por outros campos como o da saúde, hoje permeado por um conjunto de políticas públicas relativamente integradas voltadas para a melhoria das condições de saúde e de vida das pessoas. As diretrizes da Promoção da Saúde já fazem parte de muitas das políticas sociais, além das políticas de saúde. Ao ter a participação como um de seus princípios e por compartilhar o interesse no desenvolvimento territorial, humano e ambiental, é importante avançar também as discussões no que diz respeito às formas de organização e ação participativa (promotoras de saúde) no âmbito da SAN. Devido à interface de atuação entre estes amplos campos, vê-se a possibilidade de fortalecimento e integração de ações por meio do estudo das diferentes estratégias de participação social em SAN, bem como relaciona-las e entende-las no âmbito das ações governamentais e das políticas públicas.

Esta pesquisa partiu da constatação de que o processo de diagnóstico e planejamento em SAN realizado pela Rede SANS em municípios do Estado de São Paulo desencadeou ações participativas diversas, inclusive em redes, principalmente nos espaços regionais. Dessa forma, este estudo justifica-se pela utilidade de compreender a atuação sócio-participativa local em SAN, particularmente no município de Registro e adjacências, considerando essa compreensão contributiva aos avanços na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

5. OBJETIVOS

5.1. OBJETIVO GERAL

A presente pesquisa tem por objetivo compreender, no cenário local, as dinâmicas comunitárias das ações sócio-participativas no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional.

5.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

a) caracterizar a organização dos grupos e pessoas envolvidas com a Segurança Alimentar e Nutricional no cenário local;

b) identificar as motivações e ações dos grupos e pessoas envolvidas com a Segurança Alimentar e Nutricional no cenário local;

c) identificar como se dá o processo da institucionalização das ações e da participação em Segurança Alimentar e Nutricional no cenário local.

6. MATERIAL E MÉTODO

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso qualitativo e compreensivo, em que se tenta enfatizar a ação humana que “é intencional e reflexiva, cujo significado é apreendido a partir das razões e motivos dos atores sociais inseridos no contexto da ocorrência do fenômeno” (FRASER e GONDIM, 2004 p. 141). Olhar para a vivência e experiência cotidiana dos indivíduos também pode ajudar a compreender o escopo da ação humana nas estruturas e instituições, enxergando as práticas sociais, a linguagem e outros aspectos da vida social como uma ampla, mas única perspectiva (CASSAB, 2007).

A sistematização das informações obtidas por meio de um diagnóstico e planejamento em SAN, processo este articulado pela Rede SANS, em 27 municípios do Estado de São Paulo, no período entre 2011 e 2012, foi o ponto de partida deste estudo. Este diagnóstico é um documento elaborado primeiramente pelo Projeto Urb-AL⁴, entre 2005 e 2006, que posteriormente foi aprimorado pelos pesquisadores do município de Piracicaba/SP para a utilização em 13 municípios da região de Piracicaba-Capivari na ocasião das Conferências municipais, regionais e estadual de SAN do ano de 2007. Também com o objetivo de articular as pessoas no território local, em 2011, a Rede SANS fez nova revisão e aprimoramento desse documento que se organiza em eixos temáticos: institucionalidade, acesso ao alimento, alimento seguro, produção de alimentos, alimentação escolar, saúde e educação, além de contemplar a estruturação de um plano de metas e iniciativas a partir do reconhecimento local. Este diagnóstico teve como objetivo identificar demandas locais e servir de subsídio para políticas públicas promotoras da alimentação saudável, adequada e solidária.

⁴ As informações sobre o Projeto Urb-AL – Políticas e Ações Municipais de Segurança Alimentar: realidade, limites e possibilidades da intersetorialidade, estão disponíveis no endereço: <http://www.urbal.piracicaba.sp.gov.br/PortuguesInicial/inicialprincipal.htm>

6.1. O CENÁRIO LOCAL

A sistematização dos diagnósticos, além de favorecer um panorama sobre os equipamentos e ações em SAN nos 27 municípios, permitiu eleger para este estudo o município de Registro (apêndice 1) e região adjacente, por perceber-se ali múltiplos setores e atores envolvidos com a SAN e também por uma importante articulação sócio-política favorecida pelo processo de diagnóstico e planejamento da Rede SANS.

Levando-se em consideração que cada município elaborou sua própria estratégia para o levantamento das informações do diagnóstico e com participação de atores diversos da rede local, na fase inicial deste trabalho, também foram consideradas as características relativas à produção desse documento. No caso de Registro, as duas articuladoras locais da Rede SANS convidaram os diversos setores que englobam a SAN no município para apresentar o propósito do diagnóstico e envolver as pessoas em sua construção. Cada setor propôs-se a buscar e se articular em relação ao seu eixo temático pertinente. Mensalmente os envolvidos nesse processo se reuniam para troca e compilação das informações obtidas, o que no final resultou na organização e apresentação do diagnóstico em um seminário para diversos setores da região do Vale do Ribeira⁵.

Nesse sentido, a escolha desse município pretendeu possibilitar a este estudo a compreensão quanto ao papel, a influência e as inter-relações entre as diversas organizações sociais e seus atores na articulação de SAN (BURLANDY, 2011), ponderando sobre o contexto local.

Destaca-se também a importante rede de influência estabelecida por esse município. Com uma população estimada, para 2014, em mais de 56 mil habitantes, o município de

⁵ Comunicação pessoal de Gislene dos Anjos Tamasia, em 19 de março de 2014, recebida por correio eletrônico.

Registro apresenta diversidade cultural e econômica e é conhecido como a capital do Vale do Ribeira (IBGE). Registro é considerado um Centro Sub-regional e sua rede de influência abrange Centros Locais como, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Jacupiranga, Juquiá, Miracatu, Pariquera-Açu e Sete Barras, todos municípios da região do Vale do Ribeira. Registro ainda é influenciado pela rede da Capital Regional de Santos e pela Metrópole Nacional de São Paulo (IBGE, 2008).

A região começou a ser povoada devido à exploração do ouro no século XVII e somente no ano de 1917, com a colonização japonesa, iniciou-se a plantação de arroz, dando a Registro o *status* de maior produtor do Estado de São Paulo na época. Os japoneses também iniciaram o cultivo do chá, que foi um dos principais produtos exportados até a década de 1990. Atualmente a agropecuária colabora com 7% do PIB do município e entre as atividades estão: a criação de búfalos, a plantação de junco, pupunha, plantas ornamentais e banana, cuja metade da produção do Estado de São Paulo é produzida pela região de Registro (IBGE).

Das mais de 35 comunidades quilombolas existentes no Estado de São Paulo, pelo menos 30 estão na região do Vale do Ribeira, região que envolve a maior vegetação remanescente da Mata Atlântica do Brasil e que, além das comunidades quilombolas, é povoada por indígenas, caiçaras e pequenos produtores rurais (CPISP).

6.2. SELEÇÃO DOS SUJEITOS

A identificação prévia de organizações e pessoas envolvidas com a SAN por meio do diagnóstico feito pela Rede SANS possibilitou eleger como informantes-chave as duas articuladoras locais da Rede SANS. A escolha dessas informantes que já dispunham de informações a respeito do tema da SAN no nível local permitiu a indicação de outros sujeitos

Observado o amplo domínio da SAN e com o intuito de obter maior segurança na busca de outras possíveis articulações e redes existentes, foram elencadas ações, atuações e subtemas para projetar um campo temático de investigação local (apêndice 2). Este campo temático foi compartilhado com as duas informantes-chave com o intuito de conseguir indicações de pessoas e organizações atuantes nas diferentes frentes da SAN. Cabe ressaltar que não foram indicadas e/ou encontradas organizações que atuassem especificamente na área dos direitos do consumidor (indústria de alimentos) e consumo sustentável.

A apropriação contínua do objeto de pesquisa ao longo do estudo favoreceu a definição do número de entrevistados, a partir da percepção de suficiência de um conjunto de dados com padrões de práticas, símbolos e impressões, passível de interpretação e aprofundamento dos conhecimentos no que se propõe este estudo (MINAYO, 2004; DUARTE, 2002). Considerando alcançar o máximo de diversidade na amplitude do tema foram entrevistadas 26 pessoas, envolvidas em 25 organizações/grupos (Figura 1).

6.3. COLETA DE DADOS

Na elaboração da estratégia para o desenvolvimento deste trabalho a linguagem surge como elemento importante na construção de conceitos e naturalização dos mesmos, no entanto muitas vezes é desconhecida com tal função, inconscientemente operada (BOURDIEU, 1989). O processo de significação e sentido da participação para os indivíduos e grupos é feito a partir dos referenciais culturais e políticos que marcaram a trajetória e experiência de vida desses sujeitos. Por meio de entrevistas tentou-se também levantar os

valores herdados e os registros na memória pessoal acerca de sua atuação participativa (GOHN, 2008).

Sem perder de vista o objetivo de captar a abrangência e a dinâmica da participação e a interlocução entre os atores, foram realizadas entrevistas temáticas semiestruturadas, individuais ou em grupo (de duas ou três pessoas). Para Queiroz (citada por DUARTE, 2002), a entrevista semiestruturada orienta o pesquisador a apreender da vida do entrevistado somente aquilo que se relacione diretamente com o estudo em questão.

A realização das entrevistas grupais, não previstas inicialmente, deu-se compulsoriamente devido à própria dinâmica da organização/grupo entrevistado ou por solicitação do mesmo ou ainda devido à ocasião/local de entrevista. Ao contrário, do que ocorre nos grupos focais em que as opiniões das pessoas influenciam umas às outras e emergem das discussões consensos ou não do grupo, na entrevista grupal o entrevistador direciona as perguntas a cada pessoa individualmente com interesse em suas opiniões enquanto membro daquele grupo (FRASER e GONDIM, 2004).

Um roteiro de entrevista (apêndice 3) foi elaborado para auxiliar na interação com os entrevistados. O processo de construção do roteiro incluiu a elaboração e adequação da linguagem das perguntas, quanto à simplicidade e objetividade (compreensão), mas também revisões que consideraram a subjetividade do objeto de estudo deste trabalho (MANZINI, 2003). Ainda que a realização de entrevistas grupais tenha se inserido posteriormente como técnica de coleta de dados, não se observou a necessidade de reestruturação do roteiro, mantendo-se o mesmo para os dois tipos de entrevista. No período de agosto a outubro de 2014 foram realizadas cinco entrevistas grupais e 16 entrevistas individuais, com duração média de 1 hora e 6 minutos.

MALFITANO e MARQUES (2011, p. 291) apontam que a realização das conversas em espaços apropriados deve ser um cuidado para que não haja a “despersonalização (ou) a

anulação dos desejos dos indivíduos”. No entanto, também se devem considerar as possibilidades dos indivíduos quanto a deslocamento, tempo, entre outros aspectos não definidos na relação prévia pesquisador-entrevistado. Segundo DUARTE (2002), a concessão do depoimento como um todo, incluindo o local em que o entrevistado recebe o entrevistador configura-se como parte da análise e devem ser registrados. Apesar disso, foram realizadas 14 entrevistas em locais de trabalho, três entrevistas nos locais de moradia dos entrevistados, três entrevistas em outros locais e uma entrevista por telefone.

É importante esclarecer que, apesar de ser uma forma de contato da abordagem qualitativa, a realização de entrevista por telefone (DUARTE, 2002) não estava prevista nessa pesquisa. Durante parte do período de busca e seleção dos sujeitos uma das informantes-chave ficou impossibilitada de ser entrevistada para essa pesquisa. A participação de uma fala do COMSEA, organização da qual a informante faz parte, era muito importante para esse estudo e, por isso, mesmo finalizada a coleta de dados em campo, decidiu-se recorrer a uma pessoa que já havia sido entrevistada e que também é membro deste Conselho. Ainda que a entrevista por telefone tenha limitações interativas entre o pesquisador e o entrevistado (FRASER e GONDIM, 2004), acredita-se que não houve comprometimento do conteúdo obtido.

O áudio de todas as entrevistas foi registrado com o auxílio de gravadores digitais e posteriormente transcrito (DUARTE, 2002).

Embora se tenha lançado mão da técnica de observação não-participante visando incrementar os achados das entrevistas e aproximar-se da realidade de atuação das organizações que se investigou, isto de fato não foi possível em todas as organizações. Diferentemente da observação participante em que o pesquisador é tido como um membro do grupo, participando ativamente das atividades, na observação não-participante ou observação passiva, o pesquisador aproxima-se do grupo sem se relacionar com as situações ocorridas, mantendo-se como um espectador. No entanto, a passividade desse tipo de observação não

permite pensar que seja uma técnica informal, já que é intencionalmente dirigida (LAKATOS e MARCONI, 2003) para a compreensão da organização e atuação dos grupos.

Elaborou-se um breve roteiro de observação (apêndice 4), mas que foi utilizado parcialmente em algumas situações e em outras não foi utilizado. Isso devido às circunstâncias das entrevistas feitas em locais diferentes ao de atuação do grupo ou, em situações de esvaziamento do espaço ou por incoerência de ações no momento. Estas são situações destacadas por LAKATOS e MARCONI (2003) como limitações das técnicas de observação.

O trabalho “A comunicação na participação social local em Segurança Alimentar e Nutricional”⁶ é parte deste estudo. A fim de melhorar as informações para o desenvolvimento deste trabalho secundário optou-se, mesmo que não relatado na entrevista, por obter mais dados sobre a comunicação das organizações e grupos coletando-se materiais impressos e também por fazer um levantamento de canais de comunicação virtuais. Os materiais impressos foram todos solicitados na ocasião das entrevistas. Os canais de comunicação virtuais foram encontrados por meio de pesquisa simples no buscador Google®, utilizando-se o nome das organizações/grupos e sua localização geográfica.

6.4. ANÁLISE DE DADOS

Este estudo iniciou-se com a intenção de compreender as estruturas organizacionais e a relação entre o sentido da ação, as práticas sociais propriamente ditas e o contexto social em que acontecem, sugerindo como hipótese a insuficiência da participação institucionalizada

⁶ Trabalho de Iniciação Científica da aluna Vanessa Laís Ferreira, graduanda do Curso de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

enquanto ação mobilizadora. Acredita-se também que a lógica presente no *microlocus* reflete o conjunto social como um todo (GUERRA, 2006).

A partir da exploração das entrevistas e das observações pretendeu-se, nessa etapa de análise dos dados, construir e compreender o sentido social da participação em SAN. Dessa forma, sob o contexto apresentado, procurou-se reconhecer as características da participação social no cenário local, com a intenção de compreender como e porque as pessoas se organizam em torno da temática de SAN.

A opção por utilizar a análise de conteúdo de Laurence Bardin para analisar os achados em campo, parece ser razoável já que esta se caracteriza por ser

“um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 2008 p. 44).

Iniciou-se nessa etapa a imersão e impregnação dos dados coletados por meio da leitura flutuante das transcrições de cada uma das entrevistas. A leitura flutuante alinhada aos objetivos específicos desse trabalho permitiu aos poucos a visualização e elaboração de um conjunto categorial (BARDIM, 2008). Na elaboração desse conjunto categorial considerou-se quatro aspectos, dez categorias e 23 subcategorias, como mostra o Quadro 1.

Após o desenho do conjunto categorial, procedeu-se com nova e mais atenta leitura das entrevistas, iniciando um processo de codificação (BARDIN, 2008), ou seja, de recorte de sentenças relevantes das entrevistas pertinentes ao conjunto categorial. Por conseguinte, classificaram e reagruparam-se as diversas unidades de textos selecionadas, por aspectos, categorias, subcategorias e subclasses, o que BARDIN (2008) denomina de categorização.

Quadro 1. Conjunto categorial para análise dos dados

Aspectos	Categorias	Subcategorias
Caracterização dos entrevistados	Perfil do entrevistado	
	Atuação no grupo	- Função desenvolvida - Tempo de participação
	Trajetória de atuação	
Ações e motivações dos grupos	Atuação do grupo	- Objetivo do grupo - Ações prioritárias - Atividades e ações desenvolvidas - Pessoas envolvidas - Região de atuação
	Recursos necessários para as ações	- Origem dos recursos
	Dificuldades para realização das ações	- Superação das dificuldades
Organização dos grupos	Organização interna	- Atividades internas - Gerenciamento de recursos - Tomada de decisões - Organização de trabalho - Estratégias para assegurar a participação dos envolvidos - Monitoramento do desenvolvimento das ações
	Relações e comunicação	- Grupos e pessoas parceiras
		- Recursos e estratégias - Qualidade da comunicação intragrupo - Qualidade da comunicação intergrupos - Informações para o desenvolvimento das ações
Participação institucionalizada	Participação no COMSEA e em outros Conselhos municipais	- Interesse em participar dos Conselhos municipais - Pessoas do grupo a frente dessas relações
	Participação em outros espaços institucionalizados de participação	- Interesse em participar de outros espaços institucionalizados de participação

Selecionadas as sentenças das entrevistas, com o material mais enxuto, foram registradas somente as ideias centrais das falas. A partir dessas ideias centrais pode-se perceber de fato o que havia de homogêneo e heterogêneo no material coletado, que posteriormente será apresentado com o auxílio de uma classificação por tipos de organização.

Essa etapa de sistematização do conteúdo das entrevistas foi fundamental para a visualização prévia de resultados, novas aglomerações de informações, inferências e interpretações do quadro de análise construído.

6.5. ASPECTOS ÉTICOS

Este projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da USP (anexo 1). A participação nesse estudo foi voluntária e todos os entrevistados foram esclarecidos quanto aos objetivos do trabalho, os aspectos éticos envolvidos, bem como sobre os procedimentos de coleta e análise dos dados. Ao concordarem em participar, os voluntários foram orientados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (apêndice 5).

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

7.1. CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

7.1.1. Perfil dos entrevistados

Nessa pesquisa foram entrevistadas 17 mulheres e nove homens, todos eles com idade entre 24 e 63 anos. Sobre a naturalidade dos entrevistados, 17 são do Estado de São Paulo, entre estes onze são do município de Registro. Os outros nove entrevistados são originários de diferentes Estados do país.

Compõe esse grupo de entrevistados pessoas com diferentes trajetórias de vida, quanto à atuação profissional, política e participativa. É possível notar que alguns dos entrevistados relatam histórias de vida no campo e trazem suas referências afetivas, familiares e laborais. Outros descrevem sua posterior identificação com a profissão no meio rural. Poucos entrevistados destacaram uma forte trajetória política, mas muitos se mostraram desde há algum tempo envolvidos e participativos nas questões comunitárias e/ou sociais.

7.1.2. Atuação nas organizações

A atuação dos entrevistados nas organizações/grupos é de natureza diversa, mas pode-se afirmar que a maior parte deles desempenha alguma função remunerada de habilidade técnica ou em cargos de direção/coordenação. Entre os outros estão a execução de funções operacionais e professores. Boa parte dos entrevistados também desenvolve múltiplas funções e menos de 1/3 exerce trabalho voluntário. Além disso, metade dos entrevistados está há mais de dez anos na organização em que atua.

7.2. CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES

Para melhor organização, compreensão e apresentação das organizações abordadas por esse estudo foram definidos três grupos e cinco subgrupos de organizações (Quadro 2), reunidas de acordo com suas origens e tipo de organização.

Quadro 2. Apresentação dos grupos segundo sua origem e tipo de organização

Tipos de grupos		Grupos
Grupos institucionais de diferentes instâncias governamentais		<ul style="list-style-type: none"> - NEDET/MDA - NASF - VISA - Merenda escolar - FUNAI - CATI - UNESP - SMADSES - Secretaria da Educação
Conselhos municipais		<ul style="list-style-type: none"> - COMSEA - CMSA - CAE
Grupos da sociedade civil	Religioso	<ul style="list-style-type: none"> - Pastoral da criança - Igreja Adventista - FAC
	Educação, social, cultural	<ul style="list-style-type: none"> - IDESC - Guapiruvu - Comercial Esporte Clube - AMVIN
	Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - Cantinho da Biomassa - Cooperativa Família do Vale
	Tradicional	<ul style="list-style-type: none"> - Aldeia Itapu-mirim - Comunidade remanescente quilombola Peropava
	Sindicatos	<ul style="list-style-type: none"> - SINTRAVALÉ - CUT-Registro

7.2.1. Ações e motivações das organizações

Atuação dos grupos

Além da classificação das organizações/grupos por sua origem, apoiando-se no aspecto interdisciplinar da Segurança Alimentar e Nutricional, foram destacadas brevemente as grandes áreas de atuação das organizações/grupos (Quadro 3), já que a SAN se propõe a articular as diferentes dimensões alimentares atribuídas pelos setores que a envolvem (ROCHA e col., 2013).

Quadro 3. Apresentação dos grupos segundo sua atuação

Grandes áreas de atuação	Grupos
Saúde	<ul style="list-style-type: none"> - Merenda Escolar - CMSA - CAE - NASF - VISA
Educação	<ul style="list-style-type: none"> - UNESP - Comercial Esporte Clube
Agricultura familiar	<ul style="list-style-type: none"> - Família do Vale - NEDET/MDA - CATI
Meio ambiente	<ul style="list-style-type: none"> - IDESC - VISA - Guapiruvu
Segurança Alimentar e Nutricional	<ul style="list-style-type: none"> - COMSEA
Direitos humanos	<ul style="list-style-type: none"> - FUNAI - AMVIN - Cantinho da Biomassa - Comunidade Remanescente Quilombola Peropava - CUT-Registro - SINTRA VALE - Aldeia Itapu-mirim
Assistência social	<ul style="list-style-type: none"> - SMADSES - Igreja Adventista - FAC - Pastoral da Criança

Na área da saúde sobressai a atuação institucional por meio, por exemplo, do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) que apoia as equipes de 17 unidades de saúde e, no campo da nutrição trabalha com avaliação, diagnóstico, orientação e acompanhamento nutricional com desenvolvimento de programas e projetos. A Merenda Escolar é uma sessão técnica da Secretaria Municipal de Educação e concentra suas atividades em uma cozinha piloto, que, entre outros encargos, distribui os produtos às escolas das redes municipal e estadual para a preparação das refeições de aproximadamente 12 mil alunos. A Vigilância Sanitária de Registro (VISA), também um órgão municipal, atua na orientação e fiscalização de atividades do comércio e indústria de alimentos. Por sua vez o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) realiza visitas às redes escolares para observar a conformidade dos procedimentos de preparação da merenda como um todo, com posterior comunicação aos órgãos responsáveis por orientação e atuação (Merenda Escolar e VISA). O Conselho Municipal de Saúde (CMSA) foi há pouco tempo segmentado em equipes de frentes de trabalho, entre elas uma de fiscalização dos serviços de saúde e das contas da prefeitura.

Na esfera educacional a Universidade Estadual Paulista – *campus* Registro compôs um grupo de professores, atrelado a um plano de trabalho do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA), para o desenvolvimento de cursos relacionados à segurança alimentar e nutricional, entre eles a estruturação de hortas comunitárias. Já o Comercial Esporte Clube desenvolve um projeto esportivo de profissionalização de jovens atletas. E a Secretaria Municipal de Educação administra todas as escolas da rede municipal, envolvendo manutenção, transporte, merenda escolar, questões pedagógicas e de legislação.

A Família do Vale Cooperativa Agroecológica dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira (Cooperativa Família do Vale) reúne agricultores familiares para a comercialização de seus produtos, principalmente nos mercados institucionais do Programa de Aquisição de

Alimentos (PAA)⁷ e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁸. O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (NEDET/MDA) se propõe a dinamizar em nível territorial a economia e a agricultura familiar, discutindo questões rurais e urbanas sob os aspectos da segurança alimentar e economia solidária. Por outro lado, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – Regional de Registro (CATI) coloca seu foco na assistência técnica e de financiamento, não deixando de lado o bem-estar do pequeno produtor tratando também de questões como o deslocamento da produção, saneamento e saúde. Estas são as organizações que se dedicam ao trabalho com a agricultura familiar.

Embora também se enquadrem em outras frentes de atuação o Instituto de Desenvolvimento Sócio-cultural (IDESC), a VISA e a Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Guapiruvu (Guapiruvu) atuam em relação ao meio ambiente. O fato da região do Vale do Ribeira ser a maior área contínua de Mata Atlântica preservada do país (ISA) faz emergir discussões polêmicas sobre as Unidades de Conservação (UCs)⁹. Nesse aspecto, o IDESC atua por meio de projetos como um instigador de alternativas, trabalhando com agricultores e produtores a relação do homem com o meio ambiente dentro de um Plano Territorial para o Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), originado no

⁷ O Programa de Aquisição de Alimentos promove a aquisição de alimentos de agricultores familiares, diretamente, ou por meio de suas associações/cooperativas, com dispensa de licitação, destinando-os à formação de estoques governamentais ou à doação para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais (Fonte: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>).

⁸ A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas (Fonte: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>).

⁹ A Constituição Federal de 1988 assegura a todos, em seu artigo sobre meio ambiente (art. 225), um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” e impõe ao Poder Público o dever de defendê-lo e preservá-lo. Um dos instrumentos que a Constituição aponta para o cumprimento desse dever é a “definição de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos”, ou seja, indica que o Poder Público deve criar áreas protegidas e garantir que elas contribuam para a existência de um “meio ambiente ecologicamente equilibrado” (Fonte: <http://uc.socioambiental.org/o-snuc/o-que-%C3%A9-o-snuc>).

Programa Agenda 21¹⁰. Também a partir de trabalhos e discussões decorrentes da Agenda 21 moradores e amigos do bairro do Guapiruvu, no município de Sete Barras, reúnem-se para trabalhar a questão política local, apoiada no desenvolvimento sustentável e envolvendo aspectos da economia solidária, da democracia participativa e do protagonismo social. Aparte da mobilização social está a atuação da VISA que também trata das questões ambientais que envolvem contaminação, por exemplo, mas no âmbito da fiscalização e orientação.

Em segurança alimentar e nutricional tem-se a atuação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Registro que está tentando articular suas ações a partir de um Plano Municipal de SAN, elaborado na Conferência Municipal de SAN de 2011.

Em relação aos direitos humanos, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) atua para a garantia dos direitos indígenas, mediando a relação do indígena com a sociedade convencional, trabalhando com questões de assistência social, violência, pressão territorial. Dessa forma, cabe já falar da vivência dos índios Guaranis da Aldeia Itapu-mirim ou Votupoca, localizada na divisa dos municípios de Registro e Sete Barras, que tentam entender a lógica social e contemporânea dos direitos e no que é possível buscam garantir a manutenção de sua cultura e de sua sobrevivência. Embora a Comunidade Remanescente Quilombola Peroupava seja também um grupo tradicional, considerou-se aqui sua característica no empenho do direito ao trabalho digno que se evidencia na organização da comunidade para, entre outras atividades, a fabricação e comercialização de produtos panificados. Os direitos que envolvem o trabalho também interessam o Cantinho da Biomassa que fabrica e comercializa produtos com a biomassa da banana. A Central Única do Trabalhador – Sub-sede Registro (CUT-Registro) discute a representação social das

¹⁰ A Agenda 21 Local é o processo de planejamento participativo de um determinado território que envolve a implantação, ali, de um Fórum de Agenda 21. Composto por governo e sociedade civil, o Fórum é responsável pela construção de um Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, que estrutura as prioridades locais por meio de projetos e ações de curto, médio e longo prazos. No Fórum são também definidos os meios de implementação e as responsabilidades do governo e dos demais setores da sociedade local na implementação, acompanhamento e revisão desses projetos e ações (Fonte: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>).

categorias de trabalho e a melhoria das políticas públicas. E a Associação de Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo (SINTRAVALE) organiza os agricultores em torno das políticas e dos direitos dos agricultores. Além dessas entidades, a Associação de Moradores de Vila Nova (AMVIN) pleiteia direitos sociais e desenvolve em seu Centro Comunitário ações culturais, artísticas e assistenciais.

Outra área de atuação aqui identificada é a assistência social em que se inclui a Secretaria de Assistência, Desenvolvimento Social e Economia Solidária (SMADSES) que está se reorganizando para coordenar as questões de SAN do município, entre elas o PAA e a estruturação de um banco de alimentos. A Igreja Adventista atende famílias em necessidade social por meio de distribuição de alimentos, encontros de saúde e palestras. O Fraterno Auxílio Cristão (FAC) faz intervenção com moradores de rua e itinerantes e, a Pastoral da Criança faz visitas domiciliares às famílias dos bairros mais carentes do município.

Ações desenvolvidas

Em relação às áreas geográficas em que são desenvolvidas as ações dessas organizações percebe-se, naturalmente, uma concentração no município de Registro ou em bairros e micro áreas da cidade. Mas também é muito forte a atuação dos grupos em partes ou na região como um todo do Vale do Ribeira (Figura 2), incluindo-se sempre o município de Registro. Somente dois dos grupos apresentam uma atuação mais abrangente, extrapolando o Estado de São Paulo, chegando até a abrangência nacional. Ademais, as ações dividem-se entre as áreas urbana, periurbana e rural.

Figura 2. Localização e área geográfica da região do Vale do Ribeira

Embora não seja a maioria, destacam-se as ações voltadas para pequenos agricultores e produtores e as ações para os próprios envolvidos nas organizações, geralmente famílias de uma determinada localidade. Mas a população à que são direcionadas tais ações é muito variada e abarca desde a população em geral até populações específicas como outras entidades e grupos em formação, comunidades escolares, famílias e pessoas em vulnerabilidade social, psicossocial, mental e de saúde, comunidades tradicionais, moradores de rua e itinerantes, destaque para a juventude, mas também idosos, adultos, gestantes, nutrízes e bebês.

Para se perceber a relação entre as ações desenvolvidas pelas organizações e a Segurança Alimentar e Nutricional apresentar-se-á em seguida as atividades e prioridades por tipo de grupo, na tentativa também de compreender a motivação dos grupos para o desenvolvimento de suas ações.

Conselhos municipais

Não só a existência de instâncias participativas, mas a forma como os governos (poder executivo) estão presentes e participam nessas instâncias indicam como conduzem suas políticas públicas para a garantia de direitos (AVRITZER, 2008).

Os Conselhos Municipais entrevistados relatam propósitos bem distintos. O COMSEA pretende efetivar as políticas voltadas para a segurança alimentar a partir de um Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que é uma das propostas do SISAN. O Conselho passa por um momento de estruturação prática do plano, informando e acertando as questões necessárias com os agentes de interesse. Por outro lado, o CAE e o CMSA trabalham por meio de visitas a escolas e serviços de saúde, respectivamente. As visitas relatadas pelo CAE são bastante técnicas, com observação de normas e procedimentos, mas não estavam acontecendo há alguns meses. Itens técnicos também são previstos nas visitas realizadas pelo CMSA, mas, no momento, este se articula prioritariamente na implantação e fortalecimento

dos Conselhos Locais de Saúde, vislumbrando um maior poder decisório da comunidade e agilidade na resolução das questões locais.

Os Conselhos Gestores de Políticas Públicas são um dos desenhos institucionais da participação social no Brasil (AVRITZER, 2008; HEVIA, 2011) e procedem da organização da sociedade civil, mas também da vontade política dos governantes, exceto em casos de sanções orçamentárias caso não haja a implementação dessas instituições (AVRITZER, 2008).

Grupos institucionais de diferentes instâncias governamentais

Instituída a Constituição de 1988, iniciou-se um debate sobre a descentralização política, administrativa, econômica e social do Estado, no intento de “tornar mais solidárias, por exemplo, as ações relativas à área social e ao meio ambiente” (SOUZA, 1992 p. 16).

Entre as ações desenvolvidas pelos grupos institucionais de diferentes instâncias governamentais o NEDET/MDA realiza oficinas regionais com coletivos de mulheres, fortalece a educação no campo e o turismo rural sustentável e prioriza trabalhar nos grupos, organizações e comitês os temas da economia solidária e segurança alimentar. O objetivo maior da organização é desenvolver o território de forma sustentável, garantir às famílias uma vida digna, atrelada ao fortalecimento e autonomia da mulher.

A injustiça da falta de direitos, recursos e poder visivelmente cerceia as possibilidades de ação de muitas mulheres. Mas não incomum também são os constrangimentos correspondentes sofridos por homens pobres e marginalizados. Caberia tratar de um empoderamento de mulheres, mas também de homens, desconstruindo normas culturais repressivas e assegurando dignidade e futuro para todas as pessoas (CARE, 2010).

No âmbito das ações, emparelhado ao NEDET/MDA existe todo o trabalho de extensão rural¹¹ desenvolvido pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, que também realiza projetos, oficinas, palestras e cursos para os pequenos produtores. Embora exista uma Política de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) que propõe um modelo de participação e democratização para a Assistência Técnica e Extensão Rural com ações mais próximas ao modo familiar de vida e de produção no campo, possibilidade de troca de saberes e de práticas rurais sustentáveis e agroecológicas, não é possível dizer que as pretensões dessa política sejam efetivadas nos diferentes cenários brasileiro. Assim como a PNSAN, a PNATER projeta-se para a intersetorialidade e para a revisão das políticas de desenvolvimento do Estado e de suas instituições (LUSA, 2013).

O grupo de professores da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – campus Registro (UNESP) tem a intenção de capacitar pessoas do meio urbano e do meio rural, por meio de cursos que ensinem e incentivem a produção saudável e sustentável de alimentos dentro das possibilidades regionais e de cada pessoa ou grupo. Por serem atividades pontuais, o grupo também pretende fazer um acompanhamento futuro das ações realizadas para fins de pesquisa.

Na década de 1980, com a retomada dos movimentos sociais, a extensão universitária tomou expressão por meio de eventos culturais, cursos de aperfeiçoamento, venda de serviços e projetos de ação comunitária. Ao longo da história do ensino superior no país as práticas extensionistas adquiriram um caráter ao mesmo tempo assistencialista e emancipador, despertando talvez a necessidade de se rever junto à sociedade o papel sócio-político e assistencial das instituições de ensino superior (PUC-MINAS, 2006).

¹¹ Serviço de educação não formal de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (Fonte: ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural).

Apesar de a VISA ter um papel fiscalizador, seu propósito final é o de garantir a qualidade de determinados produtos ao consumidor final, por isso entre suas ações também estão capacitações, orientação e palestras ao setor regulado. Além disso, a parte da Vigilância Ambiental controla o passivo ambiental¹² do município e também se incube de informar a população geral. De fato, para que as ações da instituição governamental sejam legitimadas é preciso que a população seja informada e que esta reconheça a importância da VISA na promoção e proteção da saúde e participe socialmente das discussões com essa perspectiva (OLIVEIRA e DALLARI, 2011).

No campo da saúde, o NASF e a Merenda Escolar desenvolvem ações relacionadas à alimentação, com a finalidade, respectivamente, de promover a alimentação saudável e de fornecer alimentação saudável para os alunos. O NASF realiza intervenções nutricionais, inclusive junto às escolas por meio do Programa Saúde na Escola¹³ reforçando a atuação da Merenda Escolar, que também tenta preservar a cultura alimentar regional incluindo determinados alimentos e preparações em seu cardápio. Outro papel do NASF está em promover e apoiar o controle social e a participação popular junto aos Conselhos Locais de Saúde, o que se apresenta como novidade na atuação de equipes de saúde (SANTOS e LANZA, 2014).

A Merenda Escolar é um grande setor que compõe a Secretaria de Educação, e por isso a atuação no contexto alimentar também faz parte do rol de ações desenvolvidas por essa organização, que se propõe a promover uma educação de qualidade melhorando o

¹² Para evitar, compensar ou minimizar seus impactos ambientais negativos, as atividades econômicas potencialmente poluidoras são atualmente objetos de legislações específicas, disciplinadores de procedimentos tecnológicos e operacionais capazes de eliminar ou reduzir poluentes. Além das normas legais, outras recomendações e propostas, ainda sem regulamentação, estão paulatinamente sendo implementadas no sentido da efetiva responsabilidade e das obrigações quanto à restauração de danos ao ambiente. O assunto ganha dimensões econômicas, sociais e jurídicas (Fonte: http://www.amda.org.br/imgs/up/Artigo_21.pdf).

¹³ O Programa Saúde na Escola visa à integração e articulação permanente da educação e da saúde, proporcionando melhoria da qualidade de vida dos educandos. O programa tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos à saúde e de atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino.

desempenho do município nas avaliações nacionais e estaduais. Para isso a Secretaria de Educação programa-se também para a reforma de escolas, formação de professores, melhoria do transporte escolar e ampliação das vagas em creches. As atividades da Secretaria não conseguem camuflar a persistente desigualdade educativa, que desafia sociedade e Estado a excederem a concepção que vincula os desiguais aos problemas e impõe as políticas públicas como único meio de solução. Nesse engendramento é preciso considerar o que pensam e como pensam os atores envolvidos, inclusive aqueles “sujeitos feitos e mantidos desiguais nessas políticas que lhes são destinadas por dever e não por direitos de igualdade” (LIMA, 2011 p. 19).

A garantia de direitos, exclusivamente dos indígenas, é o que norteia as ações da FUNAI que se foca na promoção da autonomia e da sustentabilidade econômica das comunidades indígenas. O etnodesenvolvimento direciona os trabalhos, preservando a cultura indígena tradicional e fomentando o bom uso do território. O apoio às redes de troca de sementes Guaranis ajuda a manter as matrizes ancestrais, o que dá unidade e fortalece as comunidades. Muitas das ações relacionam-se com a saúde e o meio ambiente, mas envolvem também benefícios sociais. Embora o respeito às singularidades sócio-culturais indígenas ressaltadas pela instituição, a prática das políticas indigenistas ainda está subordinada a outras políticas, como a de saúde e meio ambiente (CRUZ, 2008). Essa situação repercute na relação entre Estado e povos indígenas, acentuando o desafio no trabalho com o multiculturalismo (SEMPRINI, 1999).

No campo assistencial, a SMADSES articula-se por meio do Conselho Municipal de Assistência Social e de seus técnicos para garantir o correto funcionamento dos serviços assistenciais ao maior número possível de pessoas. A instituição aumentou a rede municipal de Centros de Referência: da assistência social, da mulher e especializado em assistência

social, e no momento, estrutura-se para a implementação e implantação de um banco de alimentos, o que ampliará o número de beneficiados pela distribuição de alimentos.

Em meio às adversidades da vida que não possibilitam, em diferentes proporções, a conscientização e mobilização das pessoas, espera-se que os departamentos públicos assistenciais, nesse contexto de impedimento de estímulo e convicção para a participação, desenvolvam ações de maior efetividade na promoção do protagonismo popular e favoráveis à plenitude de direitos (PAIVA e col., 2010).

Grupos da sociedade civil

Uma gama heterogênea de movimentos e organizações surge após a democratização do país, e é impulsionada por uma diversidade de valores e motivações. Esses grupos desenvolvem suas ações mobilizando recursos nacionais e internacionais originários de governos, igrejas, associações, fundações, entre outros (DECKER, 2013).

Entre a sociedade civil, os grupos religiosos realizam ações assistenciais no contexto da alimentação, da saúde e da família. Atualmente, as ações da Pastoral da Criança resumem-se a visitas domiciliares às famílias dos bairros de Registro com alto índice de vulnerabilidade socioeconômica. Os voluntários identificam gestantes e crianças com risco de ou desnutrição, e conversam informalmente, sugerindo a procura de um serviço de saúde. A Igreja Adventista, por meio de informes, orientações individuais e programas sociais da própria entidade, como o fornecimento de alimentos, investe na promoção da alimentação saudável. O Fraterno Auxílio Cristão trabalha com o acolhimento de moradores de rua e itinerantes, muitas vezes dependentes químicos e desvinculados de suas famílias. A entidade prepara e serve a refeição do almoço e auxilia os atendidos a buscarem tratamento e se reaproximarem das famílias, no intuito de retomada da convivência familiar.

DECKER (2013) afirma que a relação entre religião e políticas públicas não é um debate que se restringe ao sistema brasileiro e encontra-se bastante atrelado ao fortalecimento das políticas neoliberais, mas também das iniciativas da sociedade civil. Contudo, a legitimação do Estado quanto à participação religiosa nos programas sociais é reflexo do “crescente reconhecimento da pluralidade religiosa, gerando maior visibilidade de ações” (p. 23) e da confiança e credibilidade, por parte da população, nas instituições religiosas para a elaboração de críticas e projetos na área social.

No grupo com ações de cunho educativo, cultural e social o IDESC desenvolve projetos diferenciados atrelados à arte, meio ambiente, saúde e economia solidária. As ações desenrolam-se na perspectiva do desenvolvimento local, da sustentabilidade econômica e do protagonismo social, dando voz àqueles envolvidos. Na Associação do Guapiruvu o objetivo é melhorar a qualidade de vida dos moradores do bairro, por conseguinte a organização leva em consideração as satisfações e os desejos de ser, ter e estar (MAX-NEEF, 1993) dos indivíduos, mas também trabalham a compreensão de educação espiritual e da complexidade que a comunidade está desenvolvendo enquanto grupo e nas relações entre as pessoas. O grupo relata estar impregnado de solidariedade e generosidade para suas ações que são desenvolvidas em uma rede de organizações apoiadoras. Essas articulações são respaldadas ao admitir-se que

“es preciso mejorar la formación de educadores de adultos y la capacitación de promotores del desarrollo para que sea consistente con los objetivos de la autodependencia, la satisfacción de las necesidades humanas y la participación comunitaria” (MAX-NEEF, 1993 p. 100).

A Associação de Moradores de Vila Nova trabalha para atender as demandas comunitárias e atualmente realiza oficinas de dança, atividades culturais e distribuição de

alimentos. A entidade também planeja reformar a cozinha do Centro Comunitário para a realização de oficinas culinárias.

O treinamento esportivo na modalidade futebol para a profissionalização de jovens atletas é a atividade principal do Comercial Esporte Clube. A organização também propicia aos jovens a realização de curso de idiomas, além de incentivar o envolvimento em instâncias participativas de interesse à população jovem e ao esporte. Em decorrência do acolhimento e das ações da organização pode-se dizer que há um afastamento ou não aproximação do uso abusivo de álcool e drogas pelos jovens. A entrada e colocação no mercado de trabalho revelam-se, na vida desses indivíduos, como momentos determinantes, que refletem o percurso de vida familiar, escolar e social, e que definirão quem é esse profissional (GARAY, 2011).

A Cooperativa Família do Vale prioriza a venda das mercadorias produzidas pelos produtores cadastrados em seus projetos de comercialização, institucionais ou não. Dessa forma, a organização tenta garantir o trabalho desses agricultores e a médio e longo prazo buscam aumentar e fortalecer o conhecimento e responsabilidade dos cooperados na produção agroecológica.

O Cantinho da Biomassa também afirma que a comercialização de seus produtos é o principal objetivo do grupo para obtenção de renda. As mulheres envolvidas contam com um ponto fixo de venda em uma das praças do município de Registro, mas também fazem vendas em departamentos da prefeitura municipal e feiras públicas, inclusive em outras cidades. A atuação das mulheres em atividades remuneradas é incontestável, e é crescente o número de assalariadas e a expansão das áreas de atuação. Esses fatos aparecem relacionados a questionamentos das relações sociais estabelecidas entre homens e mulheres e a propostas de transformações econômicas, culturais e da organização social (GONZALEZ, 2013).

As comunidades tradicionais esforçam-se para terem condições de vida digna na terra em que vivem. Na Comunidade Remanescente Quilombola Peroupava almeja-se a implementação de uma padaria artesanal para ampliação da produção de produtos feitos com a biomassa da banana e a estruturação do turismo de base comunitária. Além da plantação e criação para consumo próprio, ainda existem conjuntos de pessoas que fabricam farinha de mandioca, mel e palmito pupunha para comercialização. A comunidade tenta se fortalecer para assegurar a renda e a permanência dos jovens no quilombo.

Diversas transformações ocorreram nas manifestações praticadas nas comunidades quilombolas. A dinâmica cultural foi tomando outros significados e sentidos a partir das vivências dos jovens que constroem suas experiências entre o tradicional e o contemporâneo (DINIZ e col., 2014). Essa situação é claramente percebida no bairro Peroupava, onde se constata uma forte identificação religiosa cristã evangélica e a intenção de êxodo da população jovem.

Na aldeia Itapu-mirim os moradores tentam preservar a cultura indígena, plantam e caçam para consumo próprio e também se organizam na produção de palmito pupunha para comercialização.

Nessas comunidades destacam-se características tais como a presença ancestral em determinado território; a organização social e política orientada comunitariamente pelos costumes e práticas de apropriação do espaço e dos recursos naturais; conhecimentos aprofundados da natureza (DINIZ e col., 2014). No caso da Comunidade Quilombola, o bairro do Peroupava é habitado há muito tempo pelas mesmas famílias e seus descendentes. Na Aldeia Itapu-mirim a região antigamente habitada em Foz do Iguaçu/RS ainda é referenciada nas conversas e costumes dos indígenas, inclusive na rede de troca de sementes.

Do subgrupo sindical o SINTRAVALÉ desenvolve ações para garantia dos direitos dos agricultores familiares. A organização empenha-se não somente em relação aos direitos

trabalhistas, de auxílios previdenciários e maternidade, mas também para conseguir a construção de moradias populares, transporte e estradas para o escoamento da produção agrícola. A CUT-Registro, por sua vez, atua no sentido de fortalecer e apoiar organizacionalmente o SINTRA VALE, acessando e construindo uma rede junto com outros sindicatos. O objetivo é que as entidades apoiadas desenvolvam autonomia para a resolução de suas questões específicas.

Ao se considerar que o sistema político brasileiro é organizado por partidos políticos e, sabendo-se de uma (possível) vinculação político-partidária dessas organizações, MALFATTI (2011) diz que as mobilizações relacionadas a esses grupos nem sempre decorrem de um interesse unificador, mas o carisma das lideranças angaria a lealdade dos membros partidários. As organizações descrevem mútuo apoio nas mobilizações, mesmo que não sejam de reivindicações próprias de determinada categoria. Os grupos sindicais, além de envolvidos pelo carisma de algumas lideranças, entendem que o fortalecimento do movimento é o que possibilita acordos e conquistas.

“(...) a APEOESP traz pra nós que vai fazer uma atividade de repúdio ao governo do Estado por conta de alguma ação. E a gente naturalmente, os outros sindicatos se unem e fazem isso daí a nível municipal, ajudando a nível regional. (...) É uma forma de garantir (a participação das pessoas). Que esses sindicatos tenham uma forma melhor de se organizar. Que isso faz parte da organização da população, da categoria como um todo (...) quanto melhor, quanto mais unido, quanto mais forte, você consegue defender melhor a sua categoria profissional”. (CUT-Registro)

Percebe-se que as motivações das organizações para a realização de suas ações são bastante variadas e que por vezes encontram-se submetidas a aspectos burocráticos. Quando trabalhadas em um conjunto de ações, essas motivações ao esbarrarem em questões burocráticas e também em interesses adjacentes das próprias organizações envolvidas ou de terceiras, acabam gerando algumas tensões processuais e relacionais que desafiam a integração de ações e a intersetorialidade.

Mesmo observando-se somente as ações de cada grupo ainda percebemos uma grande diversidade. No entanto, é possível destacar entre todas as motivações fortes aspectos econômicos, construídos afetivamente e culturalmente, que delineiam o sentido das ações desenvolvidas. Fica evidenciada a motivação para promover a vida digna por meio do desenvolvimento territorial, da autonomia e sustentabilidade econômica das entidades e comunidades, do fortalecimento da mulher, da viabilização da comercialização da autoprodução e da promoção da alimentação saudável.

7.2.2. Recursos e dificuldades

As organizações foram questionadas sobre os recursos necessários para o desenvolvimento de suas atividades e ações, desde as mais cotidianas até as extraordinárias. Nesses relatos incluem-se os recursos disponíveis, mas também aqueles necessários e escassos ou não disponíveis. Consequentemente, muitas dessas necessidades estão relacionadas às dificuldades para a realização das ações.

Muitos são os tipos de recursos que surgem das necessidades das organizações, como terra, espaço físico, equipamentos e materiais específicos às atividades fins das organizações, computador e programas relacionados, material de escritório, roupas masculinas, alimentos, tempo e também valores como honestidade e capital social¹⁴.

Sobressaem, entre os recursos aqueles relacionados a capacitação, qualificação e formação contínua das pessoas nas organizações. Sobre isso, algumas organizações

¹⁴ “Conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis” (BOURDIEU, 1998 p. 67).

identificaram a necessidade de integração entre ofertas e demandas e de acesso aos recursos das políticas públicas já instituídas legalmente, o que vai ao encontro das motivações de alguns grupos sobre o fortalecimento do protagonismo social, e reflete um contexto de reconhecimento de problemas e dificuldades (PARSONS e SHILS, 2007). Outros grupos já expõem a necessidade de capacitação técnica e outros ainda falam de educação.

“O que mais falta é uma capacitação profunda, em massa e contínua nos territórios, para as pessoas conseguirem realmente acessar as ofertas, tanto do governo estadual, quanto do governo federal (e) outras ofertas, de outras instituições. (...) tem tanta demanda e não consegue acessar tudo, nem as secretarias municipais”. (NEDET/MDA)

“(...) um técnico ir lá pra ir capacitando o grupo. (...) um técnico pra tá acompanhando lá no campo, ou que não fosse no campo, mas dentro do escritório, mas estivesse ali pra atender dez agricultores”. (SINTRAVALE)

“(...) se não tiver pessoas comprometidas e pessoas ideologicamente capacitadas, não capacitadas, qualificadas, educadas, não é nem qualificadas, é educada, e que pensem no novo paradigma, não vai. Porque o processo é muito penoso, é um processo que a gente chama de resiliência”. (Guapiruvu)

Outro recurso evidenciado são as pessoas, ou recursos humanos. As organizações revelam que há sobrecarga de trabalho devido ao número insuficiente de pessoas para a realização de todas as atividades propostas pelas instituições ou grupos, e que por vezes há necessidade de pessoas especializadas tecnicamente ou de lideranças comunitárias. Diante dessa necessidade, a ocupação das pessoas em torno de diferentes funções e até mesmo a curta permanência nos grupos gerando uma grande rotatividade surgem como dificuldades para algumas organizações. Essas são situações que minimizam o potencial das motivações emocionais e subjetivas dos indivíduos em relação ao grupo e consequentemente enfraquecem e diminuem a qualidade das ações executadas, gerando outras complicações e dificuldades (MONTEZ e MONTEIRO, 2012).

“Tem outra falta, você conseguir manter uma equipe técnica dentro da entidade. Consegue ter uma equipe trabalhando quando tem um projeto, esse projeto termina as pessoas precisam sobreviver, nem todo mundo consegue ficar no IDESC, apesar de querer, mas não dá”. (IDESC)

Somente três organizações relatam necessitar especificamente de dinheiro para o desenvolvimento das ações, este apresentado como recurso insuficiente ou inexistente. Muito embora esse fato se estabeleça também como uma dificuldade, duas das organizações não demonstram estar dispostas, sensibilizadas ou interessadas a encontrarem meios alternativos para conseguirem tal recurso (MONTEZ e MONTEIRO, 2012). Em algumas instituições isso se repete em relação aos outros tipos de recursos, o que pode ser indicação do não enfrentamento das forças enfraquecedoras das ações. MONTEZ e MONTEIRO (2012) ainda dizem que a dinâmica dos grupos é permeada de conflitos implicados em um arranjo de interesses individuais e motivações coletivas que podem impulsionar ou implodir as ações dos grupos. Além disso, algumas organizações parecem não ter uma estratégia progressiva e gradual de mudança para a facilitação e continuidade das ações.

A maior parte dos recursos é advinda de parcerias que as organizações firmam em suas trajetórias de ações, que é também a estratégia mais usada para superação das dificuldades. Mas os recursos necessários também são provindos das próprias organizações, de instâncias superiores, no caso de instituições governamentais, ou de matrizes e filiais, de projetos com financiadores diversos e de políticas públicas.

No âmbito das dificuldades, entre as que incorrem em outras complicações e dificuldades, a inadequada articulação das organizações para acesso às reservas de recursos públicos acarreta na diminuição dos montantes subsequentes destinados a determinadas ações, populações e territórios.

“Quando termina o ano tem muita coisa da matriz que não foi acessada, aí o recurso que não foi usado volta para os cofres da União. No ano seguinte acaba vindo um recurso menor, referente aquele tema que não foi totalmente acessado. Esse é um desafio enorme, mesmo das organizações que já estão organizadas”. (NEDET/MDA)

A questão mais importante e limitadora da autonomia indígena é a demarcação de terras indígenas. Um problema que avança por todo território nacional (WILLIAMS, 1983) e

que também se desdobra em uma diversidade de outros impedimentos e dificuldades no acesso a serviços básicos e na garantia de outros direitos vivenciada pela Aldeia Itapu-mirim.

“Porque faz uma coisa boa aqui, farmácia, uma escola bem caprichada... se não for legalizado, a escola vai ficar tudo perdido. Isso foi o que ele [prefeito] falou. (...) Por que o governo então não demarca para fazer as coisas certas? Eles estão errados. Eles têm que demarcar para fazer... se quer ajudar o índio, o povo, qualquer povo. Para ajudar tem que dar área, demarcação, para poder fazer as coisas que vai ficar aqui dentro”. (Aldeia Itapu-mirim)

Outro aspecto dificultoso no arranjo das ações é o desenvolvimento de estratégias para o envolvimento de pessoas além do grupo formal. A necessidade dos grupos de reconhecimento na esfera política, mas também pela sociedade civil, é outro tipo de conflito que emerge da busca para modificar a percepção de outros cidadãos sobre determinado fenômeno (MAIA, 2009). Além disso, o fato de a Segurança Alimentar e Nutricional abarcar uma variedade de aspectos relacionados diretamente uns com os outros, mas não percebido e compreendido pela maioria das pessoas, faz com que os grupos organizados especificamente nesse tema estejam constantemente apresentando e procurando sensibilizar as pessoas sobre essa concepção tão complexa.

Merece destaque também a manifestação do grupo dos Conselhos Municipais sobre o afastamento de alguns membros ter diminuído ou paralisado as ações. Percebe-se que nessas organizações ainda não bem estruturadas, no caso, o COMSEA e o CAE, a ausência de indivíduos agregadores e promotores de ações desarticula a execução de planejamentos e mitiga a construção e o reforço de uma identidade coletiva (MONTEZ e MONTEIRO, 2012; BLANCO, 1996). AVRITZER (2004) diz que esses atores estão institucionalmente permeados e aptos a estabelecerem vínculos com atores políticos institucionais, e por isso eles têm a capacidade de ampliar o alcance e o engajamento das instituições participativas. Isso ratifica os achados, já que parte dessas pessoas está vinculada a partidos políticos e se envolveram ou se candidataram nas eleições de 2014.

Esse arrefecimento no engendramento das ações que se estruturavam apoiadas em determinadas pessoas prejudica também o envolvimento e entendimento da sociedade civil quanto à sua participação em um Conselho Gestor de Política Pública. Além de tudo, com o interesse desses atores desviado, constata-se que no momento prévio às eleições perdeu-se a oportunidade de aproximação e apresentação de propostas e planos de ação para o então governo, e agora o grupo esforça-se para retomar a articulação de pessoas e parceiros.

“Nossa maior dificuldade realmente foi a participação da sociedade civil. As pessoas não entendem muito qual é a função do Conselho, o que é o Conselho deliberativo, o que é o Conselho consultivo, qual é a ação que a participação da sociedade civil pode estar apresentando em cada conselho. (...) Nosso gestor municipal não entende muito bem esse funcionamento da segurança alimentar e nutricional. Esse plano [plano municipal de SAN] o prefeito não tem na mão ainda. Fica difícil fazer com (que) ele seja executado”. (COMSEA)

Foram mencionadas também dificuldades em relação à locomoção e transporte, burocracia público-institucional, rivalidade partidária nas diferentes instâncias governamentais, mediação entre culturas, comunicação ou apoio debilitado entre os membros do grupo, integração entre organizações e formação de rede de parcerias, falta de informação e formação cidadã, entendimento sobre a atuação e conceitos trabalhados pelas organizações, aparato jurídico e uso do território/preservação ambiental.

“As pessoas querem se desenvolver, elas querem mudar de vida, mas elas não sabem como. (...) Elas vêm para as discussões, sabem colocar ali o que elas precisam, ficam conhecendo que existem ofertas e programas do governo que podem ajudar naquela questão, mas na prática elas não têm o hábito e não sabem como agir. (...) Não entendem o que perpassa atrás daquele tema, que não é só resolver aquele probleminha, aquele problema deles... (...) A nossa educação brasileira não forma, de um modo geral, para a vida... saber atuar e saber se virar. (...) O governo com todas essas ofertas que tem, teria que pensar paralelamente a isso em alguma formação cidadã, para depois uma formação política, não política partidária, uma formação política que as pessoas entendam como as coisas acontecem e saibam como agir, para não ficar nem refém e nem dependente de outros que acabam tanto de um partido como de outro se aproveitando dessa falta de conhecimento, de entendimento, de sabedoria das pessoas, para agir segundo os seus interesses”. (NEDET/MDA)

A percepção da organização vai ao encontro do pensamento de MELUCCI (1997) sobre a ampla possibilidade de ação disposta pelo sistema, mas a incapacidade dos indivíduos

de realizar tais ações. Uma abordagem possível sobre essa limitação na articulação de ações pode sobrevir do multiculturalismo, com a existência de referenciais de ação diferentes e divergentes. Outra possibilidade é a de uma carga excessiva de trabalho dos indivíduos, com limitação de tempo para o engendramento de outras atividades e até as exigências burocráticas do sistema sobre os grupos já organizados, que podem limitar a efetividade temporal das ações e/ou impedir o envolvimento simultâneo em outras ações. A organização também evidencia o controle do sistema sobre os conteúdos e sobre determinados arranjos de ação, utilizando por vezes linguagens e expressões não identificadas pelos indivíduos (MELUCCI, 1997). Esse tipo de controle pode provocar a falsa ideia de disponibilidade e acesso a recursos e possibilidades de ação.

Organizações dos três tipos de grupos não souberam identificar ou falar como fazem para superar suas dificuldades. Algumas já reconhecem não terem e/ou necessitarem de um plano estratégico mais eficiente, outras, principalmente entre os grupos institucionais, manifestam fazerem capacitação e aproximação dos membros do grupo, como forma de lidar com os entraves para o desenvolvimento das ações.

“Eu não sei o que te dizer, assim, eu acho que está indo bem, sabe? Acho que está conseguindo promover os plantios, isso que é o mais importante. Está conseguindo conversar também com a Educação. E a educação é fundamental nessa parte. (...) Se não a gente vai estar trabalhando em sentidos contrários”. (FUNAI)

“(...) o desafio que eles têm é isso, como que nós fazemos para a pessoa se envolver? (...) dar vantagem econômica, mas não é simples assim (...) porque eles têm um interesse mais econômico para si, o individual. (...) Sinceramente, eu não sei... (...) Eu acho que levando vantagem, dando uma sequência, porque tudo tem que ter uma sequência. (...) Eu não sei responder essa pergunta do ponto de vista do envolvimento, a pessoa se envolve com o quê?” (Guapiruvu)

Outra forma para resolução de problemas encontrada pelas organizações é a elaboração de projetos, também citada por todos os tipos de grupos. Além dessas, as organizações também lançam mão de estratégias como a solicitação de suplementação orçamentária e maior cuidado na execução do trabalho para evitar falhas, no caso de grupos

institucionais. Surge, juntamente, a elaboração de instrumento para identificação de atores com os mesmos interesses do grupo e potenciais aliados; fé, advinda principalmente dos grupos religiosos da sociedade civil; reunião entre membros do grupo para discussão de possibilidades; fortalecimento dos Conselhos Municipais relacionados às atividades e causas do grupo; realização de eventos beneficentes e busca de novas formas e mercados para comercialização dos produtos do grupo.

7.3. ARRANJOS SOCIAIS DAS ORGANIZAÇÕES

7.3.1. Organização interna

A forma como os recursos das organizações é gerida é um importante fator a ser considerado, por ser mais um demonstrativo de como os grupos organizam o seu planejamento e se articulam para a tomada de decisões.

Com exceção do grupo de professores da UNESP que busca suprir suas necessidades continuamente em curto prazo, valendo-se de recursos de seus próprios projetos ou parceiros de acordo com o demandado pelos membros do grupo, os demais grupos institucionais planejam-se anualmente de acordo com as metas de cada instituição. O planejamento é feito a partir de um montante de recurso já conhecido ou estimado. O conhecimento do valor para o desenvolvimento das ações e a estruturação prévia de quando e como serão desenvolvidas essas ações favorecem a priorização de metas e certa continuidade e prosseguimento nas atividades das organizações. HATFIELD-DODDS e COOK (2007) reconhecem esse tipo de processo como típico de um cenário normativo e regulamentar, próprio de instituições governamentais ou vinculadas a estas.

Nesse cenário regimental algumas questões devem ser pormenorizadas. Quando as organizações não se preocupam em aproximarem-se das pessoas a que são direcionadas suas ações, ou não conseguem articular as demandas comunitárias com as ofertas estatais, corre-se o risco dessas ações e das políticas públicas associadas estarem deslegitimizadas pela falta de reconhecimento e consideração pelos interesses desses indivíduos. Essa conduta, observada em parte dos grupos institucionais, pode incorrer em mero somatório de metas e índices estatísticos e desestimular a construção de uma relação participativa. Por outro lado, essa mesma conduta, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, corroborada pela corrupção e vultosos investimentos em obras eleitoreiras, desencadearam fortes protestos nos bairros pobres e urbanizados de todo o Brasil (ABERS, 2000). Contudo, MILANI (2008) alerta que essas ações coletivas, geralmente, extenuam-se ao longo do processo e não impulsionam a continuidade das políticas públicas.

Os Conselhos Municipais não tem um recurso específico para gerenciarem, no entanto fazem parcerias para uso de infraestrutura física e de material para realização de reuniões e articulação das ações. O papel fiscalizador dos Conselhos exige a circulação de conselheiros nas diferentes instituições e organizações abarcadas por cada Conselho com a finalidade de observação, acompanhamento e até controle do gerenciamento de recursos feito por essas.

O gerenciamento feito a partir da prestação de contas para projetos também é comum entre as organizações da sociedade civil e também no Conselho Municipal de Saúde. Esse tipo de gerenciamento requer entendimento entre os envolvidos já que exige forte coesão do grupo para execução e finalização dos projetos e cumprimento de metas (LAMPEL, 2001), como é o caso do Guapiruvu e de sua rede de grupos, e com variável intensidade no IDESC.

O subgrupo sindical e outros da sociedade civil recebem uma dotação orçamentária da sede de suas organizações para o cumprimento das atividades básicas, não restando valores significativos para o desenvolvimento de ações diferenciadas ou até para o replanejamento de

ações. Os grupos da sociedade civil também mencionam o gerenciamento por meio de reuniões e consensos políticos, que podem envolver somente a diretoria da organização ou um maior número de pessoas. É constatado ainda entre as organizações o gerenciamento amplamente coletivo, em que, desde o planejamento e aquisição até o uso dos recursos, todos do grupo estão envolvidos. Essa última situação ocorre em organizações menores, a exemplo do Cantinho da Biomassa.

Existe uma situação peculiar na gestão do SINTRA VALE e da Cooperativa Família do Vale que parece ser executada conjuntamente em alguns aspectos. Na verdade, identifica-se que essa gestão associada das organizações causa certa confusão de entendimento nos agricultores e produtores envolvidos com as entidades. A participação dos sujeitos na Cooperativa Família do Vale parece estar compulsoriamente relacionada à associação desses sujeitos ao SINTRA VALE. O nó da questão dá-se pela obrigatoriedade imposta aos produtores de uma contribuição mensal ao sindicato (SCOMPARIM, 2012). Além de haver membros em comum no corpo gestor das duas organizações e dos grupos compartilharem o mesmo espaço físico para a organização de suas ações, essa relação equivocada na administração das organizações de certo que também interfere na motivação e identificação dos agricultores com as organizações, assim como na reputação e relação das organizações com outros grupos.

Nas comunidades tradicionais cada família gerencia os seus recursos, embora na Comunidade Remanescente Quilombola Peroupava exista um controle de entrada e saída de produtos e materiais, registrado em planilhas e tabelas, feito pelos envolvidos com a padaria artesanal.

A gestão de recursos está inserida em um contexto de tomada de decisões que pressupõem interações formais e informais dentro de estruturas, normas e procedimentos que dispõem sobre a garantia da responsabilização no processo decisório. HURLBERT e GUPTA

(2015) chamam esse processo de governança, em que se determina como as pessoas partilham o poder e exercem responsabilidade para a tomada de decisões.

Os sindicatos e boa parte dos grupos institucionais seguem diretrizes nacionais ou regionais, mas conservam sua autonomia de discussão e decisão no direcionamento das ações locais. Algumas organizações institucionais reafirmam ter autonomia de decisão somente em relação aos recursos municipais, e disso observa-se que em alguns casos as ações coordenadas macro espacialmente e articuladas micro espacialmente não se complementam. JACOBI (1991) refere-se à inovação da dinâmica político-administrativa e a delimitação de espaços entre a administração e partido político como grandes desafios da gestão pública.

Constata-se, por vezes, uma tensão explícita político-partidária relatada como um entrave contínuo no desenvolvimento das ações e na implementação local das políticas públicas. MILANI (2008) explica que essa tensão tem um caráter dispersivo das iniciativas dos governos locais sujeita a comprometer o conjunto das políticas sociais. Esse fato, atrelado à descontinuidade de governos corrobora com a decisão de algumas organizações da sociedade civil em não ter os governos como parceiros no fortalecimento e desenvolvimento de suas ações.

DAVES e DE DUREN (2011) afirmam que a tensão entre partidos corresponde a conflitos que emergem no terreno da luta política cotidiana sobre quem tem a legitimidade para governar um povo. Em meio a esses conflitos estão as cidades, cujas administrações frequentemente omitem-se de seu compromisso com os direitos civis e com a deliberação democrática. MILANI (2008) aponta, no entanto, que a inscrição de acordos institucionais pode contribuir para a continuidade das políticas locais, especialmente no plano social.

O caso ilustrativo da Merenda Escolar no município de Registro mostra que mesmo com a prática estabelecida de aquisição de aproximadamente 60% de seus produtos da agricultura familiar local, a recente descontinuidade de governo ocasionou a redução na

aquisição desses produtos para 30% do total adquirido, porcentagem mínima imposta pela Política Nacional de Alimentação Escolar. Essa pode ser uma situação de falta de sensibilização política, mas também mostra mais uma vez as divergências entre os direcionamentos políticos.

“A menos que sejam construídas redes de coordenação efetiva entre os governos locais e os outros níveis de governo, a ausência de mecanismos institucionais que garantam as regras contínuas do fazer políticas públicas no âmbito local pode levar à fragmentação das experiências e à diferenciação dos direitos e serviços acessíveis em um mesmo território nacional (MILANI, 2008 p. 570).

Ainda nesse contexto, muitas das organizações institucionais dizem que as principais decisões sobre a alocação de recursos e como esses serão usados nas ações dos grupos, são tomadas, quase que exclusivamente, pelos gestores municipais (prefeito, secretários, diretores). A alegação de inaptidão ou falta de experiência para a participação do debate orçamentário por alguns desses grupos reflete ainda uma precária atuação participativa e cidadã celebrada no sistema democrático representativo (SOUZA, 2001). Além disso, a inexistência do orçamento participativo no município desvela uma gestão pública municipal ainda bastante permeada pelo clientelismo, o que não favorece a implementação de novas políticas, tão pouco o acesso da população às finanças e a gestão pública local (MILANI, 2008).

“Particularmente eu não participo da formação do plano [plano orçamentário municipal de educação], creio que aqui ninguém participou. Mesmo por que a seção é nova, os funcionários são novos, então talvez a gente não tenha tanto a contribuir em nível de experiência pra falar”. (Merenda Escolar)

Embora haja um esforço da FUNAI de aproximação e inclusão dos indígenas nos processos decisórios e na elaboração das políticas relacionadas a eles, a própria organização caracteriza esse processo como incipiente e ainda não efetivo. Essa dificuldade deve-se essencialmente às diferenças entre o modelo burocrático de organização e funcionamento dos

espaços participativos e a noção de representatividade das diferentes etnias indígenas (GARNELO e col., 2003).

“Existe uma tentativa da instituição, de estar incluindo os indígenas nos processos decisórios e nas elaborações das suas próprias políticas, através do Comitê Regional. É uma coisa que está engatinhando, não tem sido muito efetivo, mas é uma tentativa, que seria eleger representantes regionais para estar compondo um comitê que estaria norteando as ações das nossas coordenadorias. (...) dentro da Política Nacional de Gestão Ambiental, Territorial Indígena tem a previsão de ter um Comitê Indígena participando da implementação, da elaboração dos cursos, de todo o processo associado à questão da gestão ambiental nas terras indígenas (...) existem essas possibilidades”. (FUNAI)

Reuniões semanais, mensais ou semestrais são realizadas pelos diferentes tipos de grupo para interlocução com os grupos regionais e sedes centrais. Além dos regimentos internos e dos estatutos, essas também são formas citadas para estruturar as decisões das organizações, por meio do reconhecimento de demandas e elaboração e averiguação do andamento das ações.

Nos Conselhos Municipais e também em certas organizações da sociedade civil as decisões são orientadas por votação. Alguns grupos, além de praticarem o voto, fazem preliminarmente a deliberação e entram em acordo ou consenso. Outros grupos somente discutem brevemente o tema em questão. Nos grupos da sociedade civil também é comum a tomada de decisão pelo corpo diretor das organizações, mas em sua maioria, estendendo-se para discussões em plenárias abertas ou discussões prévias em grupos menores.

Outra situação importante, e relacionada com as discussões anteriores, é a não apropriação ou equivocada percepção dos membros do COMSEA sobre sua responsabilização na tomada de decisões relacionada à execução das ações. Essa condição fica evidenciada pela frágil ou ausente interlocução do Conselho com o poder público municipal sobre seu plano de ações ou sobre quem é o COMSEA, sentenciando, em grande parte, a (não) execução das ações em SAN ao governo. O viés político-partidário nas relações participativas apresenta-se novamente, dessa vez expondo conflitos internos de um grupo, originados do complexo arranjo de interesses dos grupos congregados no COMSEA. DAGNINO (2002) observa que

os conflitos aflorados nos Conselhos Gestores trazem à tona diferentes concepções e projetos políticos, que culminam em uma velada disputa pelo poder. Esses conflitos acabam por desgarnecer as possibilidades de ação do grupo e de efetivação de uma política pública local.

“(...) fiquei sabendo essa semana que o nosso CAE, de alimentação escolar, está totalmente desestruturado, não está nem funcionando. Eu acho que eles deixam muito na mão da gestão. Isso não é uma característica do COMSEA, e sim de todos os Conselhos. Os conselheiros não se apropriam do papel deles e acabam fazendo com que a gestão municipal acabe fazendo as ações, mas claro sempre visando o cunho político”. (COMSEA)

Na aldeia Itapu-mirim cada chefe de família toma as decisões para a sua família (decisões operacionais) e o cacique toma as decisões para a aldeia (decisões políticas). Mesmo com a desestruturação das condições de vida e do meio natural dos indígenas, a existência étnico-cultural ainda é muito forte. Isso, por certo, que dificulta ainda mais as decisões desses indivíduos que perderam muitos dos seus referenciais, da sua autonomia e veem-se à margem de um mundo com uma lógica e valores diferenciados. Além disto, na aldeia Itapu-mirim a língua também é um empecilho para o entendimento das situações e das condições para orientação de melhores escolhas.

Na Comunidade Remanescente Quilombola Peroupava ocorre participação e decisão coletiva nas várias atividades do grupo. Contudo, percebe-se certa tensão nos relatos sobre as reuniões da associação do bairro, deixando transparecer uma inquietação afetiva existente entre alguns membros do quilombo, com possíveis desentendimentos quanto ao processo grupal. A presença de uma liderança natural no grupo pode implicar em conflitos quando há o interesse de outros membros em serem líderes e de regularem certos aspectos da vida em grupo. Mesmo a comunidade auto se apresentando por meio de relações equilibradas de poder, ou seja, sem lideranças, as tensões entre as possíveis lideranças, mesmo que em subgrupos, podem influenciar na participação e envolvimento dos outros moradores do quilombo (MACHADO, 1977).

Percebe-se também que as decisões de algumas organizações da sociedade civil são reforçadas por suas organizações parceiras e por seus apoiadores. Esse reforço é favorecido em muito pela circulação e atuação múltipla dos atores entre essas organizações.

A insuficiência de atores participativos e de uma representação efetiva desses restringe a distribuição de poder na tomada de decisões que, associada à falta de transparência, prejudica a responsabilização dos sujeitos e das instituições no conjunto evolutivo de ações e consequências no âmbito público e coletivo (OTTERSEN, 2014). Essa situação imbricada em um círculo vicioso institucional de ações malsucedidas, corrupção e não prestação de contas afeta particularmente a confiança dos cidadãos comuns (MOISÉS, 2010), mas também daqueles que não se sujeitam às práticas antiéticas ou se resguardam das violências inscritas nesse campo.

“Nós perdemos a cultura de trabalhar coletivamente e trabalhar junto, se unir. Eu acho que o grande problema mesmo é o individualismo, que desdobra em não acreditar nas políticas públicas e na falência dessas ações, que não deram continuidade a não ser a Guapiruvu, que acabou sendo exitosa”. (Guapiruvu)

O monitoramento das atividades das organizações, conjuntamente, pode ser uma importante ferramenta na tomada de decisões para analisar, em diferentes graus, o cumprimento de prazos, balanço orçamentário (custo-benefício) e a efetividade das ações para os propósitos dos grupos. ROLIM (2009) diz que o monitoramento das ações é frequentemente percebido em registro de dados, resultados e informações pertinentes às determinadas atividades. De outra forma, a avaliação é um processo periódico, com caráter mais analítico de verificação.

Constatou-se que nem todas as organizações realizam algum tipo de registro, controle ou acompanhamento das atividades. Menor ainda é o número de organizações que acompanham e avaliam suas atividades com possibilidade de reestruturação das ações e replanejamento de metas.

A avaliação da efetividade das ações ficou explícita nos relatos da VISA, FUNAI, IDESC e do NASF, mas, às vezes, não se qualificando como um acompanhamento contínuo e, sim como uma avaliação pontual, não sistematizada. É o caso do Instituto de Desenvolvimento Sócio-Cultural que realiza seus processos de controle por meio da execução, finalização e prestação de contas aos projetos desenvolvidos. O NASF também não dispõe de uma avaliação interna, e o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ)¹⁵ realiza avaliações pontuais que permitem a visualização de um escopo de ações e metas que estão sendo executadas e atingidas, respectivamente. Ao contrário da FUNAI que acompanha e registra suas ações continuamente por meio de protocolos, recibos, fotos, georreferenciamento e ofícios, a Vigilância Sanitária Municipal faz uma avaliação anual e utiliza as informações resultantes para replanejamento das atividades da organização (ampliação ou redução de metas para o próximo ano).

Associado à avaliação da efetividade das ações, o NEDET/MDA, o Guapiruvu e o Conselho Municipal de Saúde deixaram transparecer também algum elemento participativo no acompanhamento de suas atividades. O Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário acompanha suas ações continuamente utilizando-se de reuniões entre técnicos e coordenadores e da elaboração de relatórios detalhados das ações contendo a execução de encaminhamentos posteriores e os encaminhamentos atuais (impacto das ações). Já o CMSA está se estruturando na criação de Comissões Temáticas, aparte do Conselho, para fazer o acompanhamento do Plano Municipal de Saúde.

¹⁵ O PMAQ é um programa de âmbito nacional que tem como objetivo promover a melhoria do acesso e da qualidade da atenção à saúde. O programa funciona por meio da indução de processos que buscam aumentar a capacidade das gestões municipais, estaduais e federal, em conjunto com as equipes de saúde, no sentido de oferecer serviços que assegurem maior acesso e qualidade à população. (Fonte: Portal da Saúde SUS - http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_pmaq.php)

Com um controle e acompanhamento externo realizado pelo Instituto BioSistêmico do Programa Mais Gestão, a intenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário é fortalecer o desenvolvimento social e econômico sustentável dos empreendimentos da agricultura familiar que se organizam em torno ou a partir do Guapiruvu (IBS). Outros tipos de acompanhamento e avaliação das ações ocorrem na perspectiva do controle social, em que o grupo tenta investir na prática e no aprimoramento da participação para criar consensos.

“Eu acho que a gente tem um controle. Um bom acompanhamento sempre foi uma perspectiva do controle social. Nós temos evitado muito essa questão das brigas. Não podemos conviver com a hipocrisia, mas também temos tentado moderar, construir essa habilidade para criar um consenso”. (Guapiruvu)

A Merenda Escolar, o grupo de professores da UNESP e a Associação de Moradores de Vila Nova demonstram interesse em se organizarem ou já estão se organizando para acompanharem e controlarem suas ações com fins de melhoria ou verificação da eficiência das mesmas. Também descrevem a realização de avaliações externas a Secretaria de Educação e o Fraterno Auxílio Cristão. As outras duas entidades religiosas dizem não ter nenhum acompanhamento das atividades, somente um registro com informações das pessoas atendidas, além de realizarem eventualmente uma pesquisa de opinião sobre as atividades. A SMADSES utiliza-se da rede institucional de sistemas informatizados para o registro, controle e acompanhamento das ações.

Houve interesse também em saber se os grupos mantinham em sua organização atividades somente para o corpo principal de membros do grupo. Atividades essas com caráter, sobretudo integrativo, de congregação dos participantes, e consequentemente de reforço da identificação dos indivíduos com o grupo, de reforço da participação e de fortalecimento do grupo.

A maioria das organizações descreve a existência de atividades protocolares e ordinárias, como reuniões periódicas, por vezes somente com o corpo diretor da organização,

que visam tratar das ações e estratégias de atuação do grupo. Muitas também se referem a atividades de capacitação e formação política, como relata a CUT-Registro. Outras já admitem não terem atividades com essas características.

Entre as organizações institucionais o NASF afirma que nas reuniões semanais da equipe multiprofissional existe, além do objetivo de planificar as ações, também a troca de informações e conhecimento entre os profissionais e integração da equipe. A Secretaria de Educação cita confraternizações em datas comemorativas e a Merenda Escolar afirma ter esse tipo de atividade para as merendeiras, com realização de visitas a fornecedores e mercadões, participação em feiras e rodas de conversa. No caso, da Merenda Escolar, percebe-se que mais que a integração entre as merendeiras, procura-se uma forma de valorizar essas profissionais e velar condições de trabalho e reconhecimento problemáticas. Isso, inclusive, aponta para o aspecto da hierarquização nas atividades internas das organizações, transposta muitas vezes para outros espaços e atividades da vida cotidiana e, conseqüentemente interferindo na atuação desses indivíduos.

Das organizações da sociedade civil o IDESC realiza eventos festivos e culturais, não agendados no planejamento principal. O objetivo é reunir membros e pessoas que se identificam com a organização e também arrecadar fundos. CRISPIM e col. (2011) acreditam que essas atividades auxiliam no desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e na valorização das relações humanas e que podem até ser consideradas como ferramentas do cuidado humano em saúde. As atividades lúdicas ainda podem ser mediadoras do processo ensino-aprendizagem (COSCRATO e col., 2010) e usadas como alternativas no processo democrático e educativo de participação.

A Comunidade Quilombola conta que os cultos evangélicos que acontecem três vezes por semana e costumam congregam toda a comunidade, inclusive os jovens. O Comercial Esporte Clube diz que os jovens fazem viagens para conhecer outros Conselhos participativos

e que considera a participação social nesses espaços como uma atividade integrativa. O Guapiruvu explica que as atividades integrativas são realizadas constantemente como trabalho da comunidade participativa, construindo consensos políticos a partir das reuniões.

Encadeadas a essas atividades algumas organizações institucionais e também os Conselhos Municipais reconhecem que a participação das pessoas é prevista pela legislação, porém afirmam não haver garantias da participação. O COMSEA acredita que a elaboração do Plano Municipal de SAN pode ser considerada um acordo coletivo entre os membros do Conselho, além do encaminhamento de cartas-convite e convocações às pessoas de interesse, também praticada pelos outros Conselhos. O CMSA, de outro modo, disponibiliza um canal de denúncias anônimas.

Mesmo assim, boa parte das organizações entrevistadas afirma não ter estratégias específicas de persuasão e aproximação das pessoas. Fica evidente que a criação legal de espaços de controle social não garante a participação social. O desconhecimento das organizações, do que elas representam e de como atuam são os principais fatores constatados localmente para o esvaziamento ou desinteresse por esses espaços (MARTINS e col., 2008).

O NEDET/MDA procura acompanhar os processos de eleições dos Comitês Regionais e também nos municípios, além de tentarem acordos com o poder público na tentativa de facilitar o financiamento de transporte para locomoção da sociedade civil às reuniões. A Merenda Escolar acredita que somente o CAE pode garantir a participação dos interessados por esse tema. Os agentes comunitários de saúde reforçam o convite para participação das atividades do NASF, que sugere a assinatura de um termo de compromisso simbólico entre os participantes no esforço de manter a permanência do grupo. A VISA também disponibiliza um canal para denúncias anônimas e divulga suas ações (educativas) no site da prefeitura, folhetos informativos, exposições e feiras. A FUNAI organiza-se para divulgar as convocações para participação nos espaços em que está prevista a participação indígena,

como a Coordenação Regional do Litoral Sudoeste (CORLIS), os Conselhos Municipais e a Defensoria Pública.

“Eu procuro fazer essa conversa porque eu acredito que eles têm que se emancipar nessas comunicações, nessas participações mesmo. Porque a FUNAI não tem como estar representando e não é a mesma coisa eu falar por eles. Acho que cada vez mais eles têm que compreender o sistema, para estarem participando de uma forma qualificada, qualquer instância serve pelo menos como um exercício. Eu estou sempre divulgando. (...) Agora, a efetividade disso já é mais duvidosa. Porque o indígena já é calado, e mesmo que ele fale, nem sempre vai ser compreendido. As pessoas também não têm a sensibilidade para a causa, nem informação. Então é uma participação bem difícil. (...) No caso aqui em Registro tem abertura para participação em Conselho, então a gente está sempre tentando fazer com que eles participem. Só que isso também é um cansaço, porque é um sacrifício grande sair da comunidade para ir numa reunião, de repente, a reunião não acontece, aí acontece daí uns meses, aí não conseguem articular nenhuma ação que seja prática. Isso é desgastante para todo mundo também.

A Fundação Nacional do Índio expõe que garantir a participação indígena, principalmente nos espaços institucionalizados é um esforço grande para as comunidades e também para a instituição. A organização também destaca outras dificuldades relacionadas à efetividade dessa participação, mas também reverencia a importância de processos de qualificação participativa.

As organizações da sociedade civil também se utilizam de termos de compromisso e premiações simbólicas, convocação da população através dos meios de comunicação, regimento interno e reuniões de discussão e consideração da opinião individualizada e em conjunto.

A Associação de Moradores de Vila Nova diz que não garante, mas que tenta se aproximar das pessoas convidando-as pessoalmente, de porta em porta, e informar a população por meio de bilhetes nas agendas dos escolares. A CUT-Registro acredita que apoiar e ajudar na mobilização de outros sindicatos é uma forma de garantir a participação das pessoas. Sob outra perspectiva, a Cooperativa Família do Vale e o SINTRA VALE sustentam que os projetos realizados vão ao encontro da participação, como exigência dos próprios projetos. Contudo, as organizações acreditam que o interesse e a responsabilidade em

participar deva ser uma contrapartida dos agricultores e produtores, demonstrando certa displicência em relação à transparência na participação dos membros.

“A gente quer mais que ele (agricultor/produtor) se junte a nós pra fortalecer. A gente não (tem) critério de ver o perfil, a gente dá a oportunidade a eles. É necessário o interesse dele em produzir e fazer parte, e querer assumir uma responsabilidade, ter o dever e o direito, não só ter os direitos, mas ter o dever”. (Cooperativa Família do Vale)

O IDESC iniciou um processo, que foi interrompido, de “direção da diretoria”, que consistia em convidar os demais membros da organização para avaliar as decisões e encaminhamentos do corpo diretor. A organização ainda argumenta que existe uma abertura natural para ouvir as pessoas que já estão envolvidas com a organização, mas admite que não existe um canal institucional de consulta ou uma estratégia específica que assegure a participação das pessoas. Nas ações do Guapiruvu entende-se que as pessoas que transmitem confiança devem ir até as pessoas e explicar o processo e o trabalho da organização. A organização defende que a forma como as pessoas se comunicam é o que gera confiança e aproximação e acaba trazendo outras pessoas.

“É caro, difícil, porque se você for delegar... você tem um projeto, você tem que explicar para o cara, ele não vem aqui, então você tem que ir lá. (...) Agora, como que você se comunica, gera confiança? (...) É a forma de nós nos comunicarmos, a força moral que essa rede vai ter, que vai trazer essas pessoas para cá. Ou se eles não vierem para cá, mas ele vai falar: ‘eu me sinto da rede, eu sou da rede’, ele cria identidade com a rede”. (Guapiruvu)

7.3.2. Relações e comunicação

Na intenção de esboçar as redes de organizações e de ações que atuam na Segurança Alimentar e Nutricional Local, procurou-se saber quem são os parceiros dos grupos abordados. Devido à limitação espacial para apresentação da totalidade da rede encontrada, as parcerias das organizações estão apresentadas por tipo de grupo nas Figuras 1, 2 e 3.

Figura 3. Rede de parcerias das organizações da sociedade civil

Figura 4. Rede de parcerias das organizações institucionais

Figura 5. Rede de parcerias dos Conselhos Municipais

Em sua maioria, as parcerias são permanentes, mas as organizações relatam que suas parcerias podem ser temporárias ou ocasionais ao se valerem de uma oportunidade ou de uma necessidade para a execução de determinadas ações. Como já afirmado anteriormente, as parcerias revelam-se como situação propiciadora e sustentadora das ações. As organizações e sujeitos envolvidos sentem-se fortalecidos por suas motivações em comum e ação conjunta (CECCIM e BILIBIO, 2004; SCHERER-WARREN, 2006).

Nota-se que as organizações assistenciais da sociedade civil firmam fortes parcerias com instituições públicas e com o poder público local, evidenciando a necessidade da responsabilização e do compromisso estatal nessas questões. Na sociedade civil como um todo se destaca um arranjo de parcerias entre organizações da própria sociedade civil, ressaltado significativamente por diversas vezes também na fala das organizações.

“ (...) todo mundo critica, mas as ONGs são a forma mais fácil das comunidades trabalharem. Porque as ONGs elas têm um sistema de burocracia muito menor e além disso, elas trabalham a questão da confiança. As ONGs dão um retorno do ponto de vista da cumplicidade, o Estado não dá”. (Guapiruvu)

SCHERER-WARREN (2006) denomina essas parcerias e interlocuções mais institucionalizadas como “formas de articulação inter-organizacionais” impulsionadas pela disseminação do uso da comunicação virtual e da prática menos frequente de encontros presenciais. Para a autora a aproximação dos diversificados atores sociais, apesar do conflito de interesses, revela-se como oportunidade da atuação cidadã e do aprimoramento de uma identidade plural, com a decorrente ampliação das motivações e do rol de reivindicações.

Entre as organizações institucionais evidencia-se a forte rede de atuação institucional. Logicamente que tal fato está relacionado, entre outros aspectos, à disponibilidade da infraestrutura institucional que facilita a execução das ações e permite entrever, inclusive, certa intersetorialidade. Até por isso, não são imperceptíveis também as parcerias entre organizações institucionais e da sociedade civil, também no sentido de viabilizar a aproximação e conhecimento das pessoas a quem se quer envolver ou beneficiar com as ações.

As únicas organizações que não mencionaram nenhuma parceria foram a Igreja Adventista e o Cantinho da Biomassa. Esta última organização descreve que recebia grande apoio da antiga gestão municipal de Registro, principalmente para a comercialização de seus produtos. Atualmente queixam-se da dificuldade para comercialização e da incerteza de terem

um local permanente para fabricação e exposição dos produtos, já que o quiosque utilizado pelo grupo no momento foi solicitado pela Prefeitura Municipal de Registro para outros fins.

Para FALEIROS (2010) essa situação é a negação da cidadania e inclui-se na lógica de políticas parciais, orientadas pela fragmentação e redução dos direitos dos cidadãos. No contexto social neoliberal FALEIROS (2010 p. 299) refere-se a um processo de “descidanização” em que “o cidadão é confundido com o consumidor, tem direitos porque paga direta ou indiretamente pelos bens e serviços, em uma lógica da exclusão e não da inclusão”.

O afastamento dessas organizações de uma rede de parcerias pode não impedir, mas certamente dificulta a construção e o direcionamento de ações: “as redes, como qualquer relação social, estão sempre impregnadas pelo poder, pelo conflito, bem como pelas possibilidades de solidariedade, de reciprocidade e de compartilhamento” (SCHERER-WARREN, 2006 p. 122)

No que diz respeito às estratégias de comunicação que os grupos utilizam para o desenvolvimento e articulação das ações, a circulação de alguns atores em diferentes espaços organizacionais possibilita a divulgação dos trabalhos das organizações as quais pertencem. Dessa forma, essa rede de parcerias especifica-se em alguns casos como uma rede de comunicação e de representação múltipla.

A CUT-Registro e parte das organizações institucionais dizem que o conjunto de suas organizações conta com um setor para assessoria de comunicação. Essa não é a realidade da maioria das organizações e dos recursos de comunicação utilizados, os meios mais mencionados foram: telefone, celular, rádio comunicador e contato pessoal. Os grupos de e-mail, compostos por listas de endereços eletrônicos, foram citados por todos os tipos de grupo e possibilitam a troca de informações entre o próprio grupo e entre organizações, inclusive de territórios diferentes.

As organizações institucionais fazem bastante uso de comunicações internas (CIs), protocolos e ofícios para o estabelecimento e registro de uma comunicação oficial. Por outro lado, são citados recursos mais atuais, como *whatsapp* e *facebook*, também pelos Conselhos Municipais e pelas organizações da sociedade civil. Muitos grupos utilizam algum tipo de material impresso, como folheto, jornal, revista, folder ou cartilha, principalmente para divulgação das suas atividades.

Dos meios virtuais, todas as organizações institucionais têm um site próprio ou vinculado a algum site institucional. Isso possibilita ampla divulgação das organizações, que nem sempre é convertida em aproximação e participação dos sujeitos de interesse. Deve-se pensar também que a atualização das informações contidas nesses sítios virtuais é crucial para que os indivíduos conheçam o funcionamento das organizações e percebam continuidade nas ações. Foram encontrados blogs e páginas no *facebook* de algumas organizações da sociedade civil, contudo as informações de todos os grupos estavam desatualizadas, o que provavelmente não instiga a atenção e a simpatia daqueles que se pretenderia aproximar e sensibilizar.

Por terem um demasiado respaldo institucional referente à comunicação, algumas instituições limitam-se no desenvolvimento de suas próprias estratégias de comunicação, inclusive na divulgação de suas atividades. Outra situação devido à magnitude dos sistemas de comunicação é a burocratização desses sistemas. Algumas organizações institucionais relatam que informações importantes para o bom desenvolvimento e execução das ações locais ficam desconstruídas ou não ficam claras para todos da instituição em um mesmo momento.

O fluxo de informações, não somente dentro da organização, mas o modo como essas informações são exportadas, com quais simbolismos e para quem se direcionam e atingem,

determina assimetrias na compreensão social e das ações participativas desses grupos. Esse desequilíbrio é perceptível em associações como os Conselhos Municipais onde

“a participação de cada um é proporcional apenas àquilo que se coloca dentro do seu horizonte social de entendimento, ou seja, aos marcos cognitivos que delimitam e facilitam o nosso entendimento do mundo e das coisas e que nos permitem interpretar e codificar as mensagens sociais em termos individuais ou coletivos” (OLIVEIRA, 2006 p. 35-36).

As organizações qualificam positivamente a comunicação entre os membros internos do grupo. Somente o Guapiruvu alegou que o grupo tem uma comunicação difícil, por ser uma comunicação dispendiosa economicamente e devido ao esforço de ter que se ir pessoalmente conversar com as pessoas para o um constante ‘afinamento’ de informações e mensagens e fortalecimento da comunidade. Essa também é uma alegação da FUNAI, que chegou a apontar seus carros como meio de comunicação da organização. Já a CATI, a SMADSES, a Comunidade Quilombola Peroupava, a Cooperativa Família do Vale e o SINTRA VALE afirmaram ser razoável a comunicação entre o grupo.

Outro aspecto da comunicação interna é a horizontalidade nas relações ou consideração do outro como um sujeito de ideias. Essa foi uma condição presente e está explícita em algumas falas das organizações da sociedade civil.

“(...) ...essa conversa é muito tranquila. As propostas a gente costuma ter discussões, às vezes a gente que tá aqui trabalhando discute esse dia-a-dia do trabalho, como é que a gente vai se organizar pra cuidar do espaço, por exemplo. Quando tem a ideia de um projeto chama quem tá mais próximo pra fazer essa discussão”. (IDESC)

Quanto à comunicação interorganizacional, o conjunto dos grupos divide-se em qualifica-la como boa ou problemática. Alguns grupos, como a VISA, NEDET/MDA e o IDESC afirmam que a comunicação externa da organização é muito boa, por vezes estabelecida informalmente e/ou que são levadas em consideração as relações pessoais e afetivas. Por outro lado, o Guapiruvu, a Comunidade Quilombola, a FUNAI e a Merenda

escolar dizem que a qualidade da comunicação depende muito dos parceiros com quem se trabalha, mas que é importante melhorar a produção de confiança nas relações para ampliar essa comunicação.

“Aqui é quase no nível pessoal. A gente se conhece, já trabalhou junto em algum momento e quando vai realizar alguma coisa, na hora pensa: ‘quem pode ajudar?’”. (IDESC)

FERREIRA (2003) considera o acesso à informação pela sociedade civil necessário para o desenvolvimento dos potenciais produtivo e mental dos indivíduos. O autor considera que as informações podem ter caráter de descontração, mas que também fundamentam e preenchem de sentido as ações individuais e coletivas. As informações são transformadas em comunicação e em ações, tornando-se públicas na condição de proposições políticas e até mesmo de decisões, tomadas no cenário cotidiano ou em esferas dos grandes conjuntos de organizações.

As estratégias e meios utilizados pelas organizações no acesso às informações necessárias às ações são variados. As organizações institucionais afirmam acessar grande parte de suas informações nas legislações e nos sistemas ministeriais, estaduais e municipais, como exemplo, o Cadastro Único da Assistência Social e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Essas organizações ainda indicam a procura de informações no território em que atuam e na própria instituição. A CATI ainda se revela como produtora de informações no contexto local da produção familiar agrícola e pecuarista.

A situação é semelhante no caso dos Conselhos Municipais que também acessam sites ministeriais, documentação própria da trajetória e instituição legal dos Conselhos e também afirmam que seus membros atuam diretamente na área temática do Conselho, o que facilita o acesso às informações atualizadas e às dificuldades locais correntes.

Os grupos da sociedade civil utilizam-se da internet para pesquisar e acessar as informações necessárias para sua atuação. Elas também citam os portais ministeriais e dos

programas sociais como fonte de informação, mas relatam fortemente a rede de parceiros como fonte viva e dinâmica de troca de informações. Essa rede pode ser acessada pessoalmente, mas principalmente por meio dos recursos virtuais, mantendo-se aglomerados organizacionais de comunicação simultânea. Foram também lembradas as informações transmitidas via rádio e os espaços participativos de fóruns e conferências.

“As liberdades de informação e de expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, ao acesso à informação de qualidade irrefutável, nem apenas no direito de expressar-se por ‘quaisquer meios’ – o que soa vago, mas de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores – de conteúdos” (PERUZZO, 2004 p. 28).

Do que os grupos expõem sobre os processos decisórios das organizações nos âmbitos internos e externos fica claro que a marginalização dos atores, tanto os proximamente envolvidos com as organizações quanto aqueles da sociedade civil em geral, ainda é um entrave significativo no fortalecimento da democracia e no controle social (OTTERSEN, 2014).

7.4. PARTICIPAÇÃO INSTITUCIONALIZADA

O meio público é capaz de produzir, de ressoar e de influir sobre os fluxos comunicacionais da sociedade na intenção de conduzir interesses e de direcionar temas e questões elaboradas no âmbito da estrutura política. Nessa condição, a institucionalização participativa propõe-se à construção de um processo integrado de tomada de decisões, com acesso dos cidadãos comuns às informações administrativas e o entendimento da gestão pública (BARROS, 2010).

A partir dessa concepção ainda não integralmente sedimentada e/ou implementada, a participação institucionalizada coloca-se como ferramenta democrática e de exercício do controle social (BARROS, 2010). Dessa forma, além da discussão já feita sobre como os tipos de grupo se organizam na articulação e decisão sobre suas ações, este estudo procurou saber com quais espaços de participação institucionalizada as organizações estão envolvidas e qual o interesse em estar nesses espaços. Os Quadros 4 e 5 mostram a participação das organizações nos Conselhos Municipais.

Quadro 4. Participação das organizações institucionais nos Conselhos Municipais

Grupos institucionais	NEDET/MDA	- CMSA - COMUSAN - CONSAD - Rede Estadual de Segurança Alimentar - Conselhos Municipais de Agricultura
	NASF	(a organização participa enquanto Secretaria Municipal de Saúde)
	VISA	- COMSEA - Conselho Municipal de Saúde - Conselho Municipal do Meio Ambiente
	FUNAI	- Conselho do Municipal Meio Ambiente - COMSEA
	CATI	- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
	UNESP	- COMSEA
	SMADSES	- Conselho Municipal de Assistência Social - COMSEA - CMDCA - CMSA - Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - Conselho Municipal do Idoso - Conselho Municipal da Juventude
	Secretaria da Educação	- COMSEA - CAE - Conselho do Fundeb - Conselho de Transporte Escolar - Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CMDCA - Conselho dos Direitos da Mulher
	Merenda escolar	- CAE - COMSEA - CMDCA

Quadro 5. Participação das organizações da sociedade civil e de membros dos Conselhos abordados nos Conselhos Municipais

Grupos da sociedade civil	SINTRAVALE	- COMSEA - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - Conselho Municipal do Meio Ambiente.
	CUT-Registro	- CMSA - Outro Conselho Municipais de Saúde (Vale do Ribeira) - COMSEA - Conselho Municipal de Educação - CAE - Conselho Municipal da Juventude - Conselho dos Direitos da Mulher - CMDCA
	Aldeia Itapu-mirim	- COMSEA
	Comunidade remanescente quilombola Peropava	- COMSEA - CMSA - Conselho Municipal de Assistência Social
	Cooperativa Família do Vale	- COMSEA - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - Conselho Municipal do Meio Ambiente
	Cantinho da Biomassa	- Rede SANS
	Pastoral da criança	- COMSEA - CMSA
	Igreja Adventista	(não soube dizer)
	FAC	- COMSEA - Conselho Municipal de Assistência Social - Conselho Municipal do Combate ao Uso de Drogas - Conselho Municipal do Idoso - CMDCA
	IDESC	- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDCA - CMSA - Conselho Municipal do Meio Ambiente
	Gupiruvu	(todos estão participando de todos os Conselhos Municipais – Sete Barras) - CAE - Conselho Municipal de Educação - Conselho para o Desenvolvimento Rural Sustentável
	Comercial Esporte Clube	- COMSEA - CMSA - CMDCA - Conselho Municipal do Esporte - Conselho Municipal de Combate ao Uso de Drogas
	AMVIN	- Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMDCA - CMSA - COMSEA
Conselhos Municipais (os membros desses Conselhos - coluna 2 - também participam dos seguintes Conselhos - coluna 3)	COMSEA	- CMSA - CMDCA
	CMSA	- COMSEA - Conselhos Locais de Saúde
	CAE	- COMSEA

Outros espaços de participação também são citados, como Comitês Regionais, Câmaras Temáticas, Fóruns e Conferências, Marchas, Movimentos e Redes. Percebe-se que tanto a sociedade civil quanto as instituições governamentais têm grande presença nos espaços institucionalizados de participação. Mas como já dito anteriormente, nem sempre essa participação é contínua, devido a aspectos de disponibilidade e acessibilidade dos grupos participantes e também da efetividade dessas participações enquanto a formação de um conjunto de ações que beneficiem a sociedade local.

Entre as organizações da sociedade civil há relatos de entusiasmo com os novos conhecimentos e percepção possibilitada pelas discussões nesses espaços. Boa parte das organizações aponta para o interesse em buscar e trocar informações. Outras já percebem que, além das informações, a importância da integração estabelecida e da possibilidade de fortalecimento e desenvolvimento territorial é o que atrai a participação das pessoas nesses espaços. Algumas organizações institucionais afirmam que participam para garantir a execução da lei, esquecendo-se do propósito agregador, participativo e democrático desses espaços. Esse ponto de vista ainda reflete uma hierarquização do processo decisório, desconsiderando as capacidades e o potencial dos sujeitos ali dispostos na construção de políticas em seu próprio benefício.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Talvez a percepção quanto às relações entre direito e políticas públicas ou ações sociais não esteja clara para todos os envolvidos ou os que foram percebidos por esse estudo como envolvidos com a Segurança Alimentar e Nutricional local. Ou ainda a alimentação como um direito atrelado intrinsecamente a outros direitos e a aspectos que determinam social e economicamente a qualidade de vida das pessoas de bairros, regiões ou do município de Registro, não é uma noção apropriada de forma igualitária por todos.

As organizações expõem certo desconforto em relação ao desinteresse das pessoas em se envolverem com as atividades dos grupos, em tomarem conhecimento de outros aspectos que atingem sua vida cotidiana e em participarem socialmente de outros arranjos sociais e institucionais para debates, reivindicações e o mais difícil, gestão. Mas os aspectos informacionais e educacionais ressaltados pelas próprias organizações, principalmente as institucionais, devem ser considerados ao se olhar para as dificuldades que os cidadãos comuns têm de entendimento da participação social, da Segurança Alimentar e Nutricional e de como, onde e com quem agir ou pleitear suas necessidades, seja individualmente ou coletivamente.

Importa acentuar que a rigidez institucional, incluída de processos arcaicos e burocráticos, é limitadora da evolução democrática e da gestão participativa para o desenvolvimento local (OTTERSEN, 2014). O papel integrador das políticas públicas e dos atores que regem ou estão à frente dessas ações é precário e, não raro, cumprem um conjunto de atividades insensíveis às necessidades coletivas locais.

À mercê disso estão os espaços em que se propõe articular institucionalmente as ações participativas. No caso da Segurança Alimentar e Nutricional local não se percebe um

interesse coletivo profícuo em integralizar as ações dos diferentes setores. Na pretensão de reunir diferentes pessoas e organizações em um único movimento, a SAN local ainda patina na atenção e fortalecimento das políticas dos outros setores como forma de atingir seus objetivos (OTTERSEN, 2014).

A criação de condições, espaços e estratégias para a efetivação da segurança alimentar e nutricional local é um desafio contínuo para aproximação e entendimento das pessoas e, sobretudo, para a integração e articulação de políticas públicas em uma perspectiva de intersetorialidade efetiva. O estabelecimento de mecanismos e de condutas democráticas não estigmatizadas e renovadoras da ação coletiva comunitária é um processo trabalhoso que exige envolvimento árduo dos atores, mas que revela aos poucos um encaminhamento concreto das ações. Não se pode esquecer que as transformações advêm das mudanças na forma de produção do desenvolvimento, e por isso, o envolvimento institucional no comprometimento e desenvolvimento das ações é fundamental para a efetivação e sustentabilidade das ações (LAMPEL, 2001).

REFERÊNCIAS

ABERS, R. **Overcoming the Dilemmas of Participatory Democracy**: The Participatory Budget Policy in Porto Alegre, Brazil. In: International Congress of the Latin American Studies Association, 22., 2000, Miami. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/Publicacao_10938_em_21_06_2011_15_27_18.pdf> Acesso em: 20 mai. 2015.

ANJOS, L. A. dos; BURLANDY, L. Construção do conhecimento e formulação de políticas públicas no Brasil na área de segurança alimentar. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 19-22, jan/2010.

AVRITZER, L. (Org.) **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **OPINIÃO PÚBLICA**. Campinas, vol. 14, n. 1, , p.43-64, jun/2008.

AYUSTE, A.; FLECHA, R.; LÓPEZ PALMA, F.; LLERAS, J. **Planteamientos de la pedagogia crítica: comunicar y transformar**. Barcelona: Graó Editorial, 1994.

AZEVEDO, E. de; PELICIONI, M. C. F. Promoção da Saúde, Sustentabilidade e Agroecologia: uma discussão intersectorial. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.20, n.3, p. 715-719, jul-sep/2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BARROS, J. de M. B. A institucionalização da participação: o conselho municipal de cultura de santo andré na transição da gestão municipal (2008/2009). **Revista Internacional de Direito e Cidadania**, n. 7, p. 81-96, ju/2010.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, U. **Cosmopolitan Vision**. Cambridge: Polity, 2006.

BLANCO, M. R. El concepto de movimiento social: acción, identidade y sentido. **Revista Última Década**, Viña del Mar, 1996. p. 1-18.

BOCCHI, C. P. A experiência participativa do Consea na construção das políticas de segurança alimentar e nutricional. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3, 2010, Brasília, DF. **Anais**. Curitiba: Secretaria da Escola de Governo, 2010. p. 1-13.

BOTT, E. **Família e rede social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **O capital social** – notas provisórias. In: CATANI, A. e NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 18 set. 2006. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 set. 2010. Seção 1, p. 6.

BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. **Ciência & Saúde Coletiva**, Niterói, v. 16, n. 1, p. 63-72, 2011.

BURLANDY, L. Segurança Alimentar e Nutricional e Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7. p. 1464-1465, jul/2008. Editorial.

BUSS, P. M. Promoção da saúde e qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 163-177, 2000.

CAPRA, F. **A teia da vida** – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARE – Climate Change Information Centre. **Adaptação, gênero e empoderamento das mulheres**. 2010. Disponível em: <http://www.careclimatechange.org/files/adaptation/Adaptacao_genero_e_empoderamento_das_mulheres.pdf> Acesso em: 20 mai. 2015.

CASSAB, L. A. Tessitura investigativa: a pesquisa científica no campo humano-social. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 10, p. 55-63, 2007. Número especial.

CASTIEL, L. D. Promoção de saúde e a sensibilidade epistemológica da categoria comunidade. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 5, p. 615-22, 2004.

CEBES – Centro Brasileiro de Estudos de Saúde. Teses da CEBES: contribuição para o debate. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.cebex.org.br/media/File/Blog/DETERMINANTES%20SOCIAIS_ok.pdf> Acesso em: 25 fev. 2014.

CECCIM, R. B.; BILIBIO, L. F. S. **Articulação com o Segmento Estudantil da Área da Saúde**: uma estratégia de inovação na formação de recursos humanos para o SUS. Brasília (DF): Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, VER-SUS Brasil – cadernos e textos, 2004. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/versus_brasil_vivencias_estagios.pdf Acesso em: 1 jun. 2015.

CERESAN – Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional. **Construção e Promoção de Sistemas Locais de Segurança Alimentar e Nutricional:** aspectos produtivos, de consumo, nutricional e de políticas públicas. Rio de Janeiro, out/2006. Disponível em: <https://www.fao.org.br/download/Seguranca_Alimentar_Portugues.pdf> Acesso em: 25 jan. 2014.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Lei de Segurança Alimentar e Nutricional:** conceitos Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/publicacoes/cartilha-losan-portugues>> Acesso em: 14 jan. 2014.

CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 4.** Salvador, jan/2012. 86 p. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Seguranca_alimentar_IV/relatorio_preliminar_4_conferencia_seguranca_alimentar_nutricional.pdf> Acesso em: 10 dez. 2013.

COSCRATO, G.; PINA, J. C.; MELLO, D. F. de. Utilização de atividades lúdicas na educação em saúde: uma revisão integrativa da literatura. **Acta Paul Enferm.** São Paulo, v. 23, n. 2, p. 257-263, 2010.

COSTA, C. G. A. **Segurança alimentar:** significados e apropriações. 2008. 306p. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CPISP – Comissão Pró-Índio de São Paulo. Comunidades quilombolas no Brasil. São Paulo, c1995-2008. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/comunidades/>> Acesso em: 20 dez. 2013.

CRISPIM, Z. M.; MUNARI, D. B.; SALGE, A. K. M. e col. Atividades grupais na promoção da saúde feminina: revisão integrativa. **Rev Rene.** Fortaleza, v. 12, n. 3, p. 636-644, jul-set/2011.

CRUZ, K. R. **Os desafios da particip(ação) indígena na saúde indigenista.** 2008. 203p. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

DAGNINO, E. (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAVIS, D. E.; DE DUREN, N. L. (Orgs.) **Cities and sovereignty:** identity politics in urban. Bloomington: Indiana University Press, 2011.

DECKER, N. **Quem aprova, levante a mão:** um estudo antropológico das relações entre religião e políticas públicas desde o Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Alegre (RS). 2013. 131p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

DIANI, M. The concept of social movement. **The Sociological Review**, v. 40, n. 1, p. 1-25. fev/1992.

DINIZ, R. F.; MINÉ, G. O.; TUBALDINI, M. A. dos S. (Re)significação e (re)invenção cultural quilombola: as espacialidades afro-brasileiras do Conjunto da Marujada e do Grupo Curiango no Vale do Jequitinhonha/MG. **GeoTextos**. Salvador, vol. 10, n. 1, p. 149-177, jul/2014.

DOWBOR, T. P. **O trabalho com determinantes sociais da saúde no programa saúde da família do município de São Paulo**. 2008. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 115, p. 139-154, mar/2002.

FALEIROS, V. de P. Cidadania e política. In: LUIZ, D. E. C. (Org.) **Sociedade civil e democracia**: expressões contemporâneas. São Paulo: Veras Editora, 2010, p. 275-303.

FEDOZZI, L. Democracia participativa, lutas por igualdade e iniquidades da participação. In: FLEURY, S.; LOBATO, L. de V. C. (Org.) **Participação, democracia e saúde**. Rio de Janeiro: Cebes, 2009. p. 204-228.

FERREIRA, R. S. A sociedade da informação no Brasil: um ensaio sobre os desafios do Estado. **Ci. Inf.**. Brasília, v. 32, n. 1, p. 36-41, jan-abr/2003.

FICO, C. O "Movimento pela Ética na Política" de 1992. 2011. Disponível em: <<http://www.brasilrecente.com/2011/08/o-movimento-pela-etica-na-politica-de.html>> Acesso em: 25 fev. 2014.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**. Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, ago/2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2015.

GARNELO, L.; MACEDO, G.; BRANDÃO, L. C. **Os povos indígenas e a construção das políticas de saúde no Brasil**. Brasília, DF: OPAS, 2003.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GARAY, A. B. S. As representações sociais de jovens participantes de projeto social de inserção no mercado de trabalho. **REGE**. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 93-109, jan-mar/2011.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2010.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 123).

GONZALEZ, D. F. **“De vulneráveis a empreendedoras: os limites da promoção da autonomia econômica das mulheres no Brasil”**. 2013. 190p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

HATFIELD-DODDS, S.N.R.; COOK, D.C. **Adaptive governance**: an introduction, and implications for public policy. In: Australian Agricultural and Resource Economics Society Conference, 51., 2007, Queenstown. Paper n. 10440. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/10440/1/cp07ha01.pdf>> Acesso em: 29 mai. 2015.

HEVIA, F. J. Participación ciudadana institucionalizada y organizaciones civiles em Brasil: articulaciones horizontales y verticales em la política de assistência social. **Revista de Estudios Sociales**. Bogotá, n. 39, p. 95-108, abr/2011

HURLBERT, M.; GUPTA, J. The split ladder of participation: A diagnostic, strategic, and evaluation tool to assess when participation is necessary. **Environmental Science & Policy** [Online] v. 50, p. 100–113, jun/2015. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1462901115000131>> Acesso em: 28 mai. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010, Cidades@. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=354260>> Acesso em: 11 dez. 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Região de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

IBS – Instituto BioSistêmico - Inovação para a sustentabilidade. São Paulo. Disponível em: <<http://www.biosistemico.com.br/>> Acesso em: 20 abr. 2015.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional na Visão de seus Conselheiros**: Projeto Conselhos Nacionais: perfil e atuação dos conselheiros. Brasília, DF, 2012. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120409_relatorio_seguranca_alimentar.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2013.

ISA – Instituto Socioambiental. Campanha contra barragens no Ribeira. São Paulo, c2015. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/inst/camp/Ribeira/vale> Acesso em: 08 mai. 2015.

JACOBI, P. Políticas e alternativas de inovação da gestão municipal: o complexo caso da cidade de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**. v. 5, n. 2, p. 31-37, abr-jun/1991.

JOHNSON, G. A.; PACHER, M. E. A política das instituições de tutela de crianças e adolescentes no Estado de Santa Catarina. In: JOHNSON, G. A.; PEREIRA, R. M. F. do A. (Org.) **Dimensões locais das políticas públicas**: estudos aplicados. Itajaí: Univali, 2008.

LIMA, E. Educriança: vivências educativas de crianças e suas mães – um estudo sobre o olhar das mães no tempo de experiência de um programa de educação da infância. 2011. 103p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

LINZ, J. J. **Totalitarian and Authoritarian Regimes**. Boulder: Lynne Rienner, 2000.

LUSA, M. G. Política nacional de assistência técnica e extensão rural e serviço social: o campo como desafio. **Cadernos Ceru**. São Paulo, série 2, v. 24, n. 1, jun/2013.

MACHADO, C. B. **Conviver é Fácil**: comunicação e relações humanas para principiantes. Brasília: Thesaurus, 1977.

MAIA, R. C. M. **Atores da sociedade civil e ação coletiva**: relações com a comunicação de massa. Lua Nova. São Paulo, n. 76, p. 87-118, 2009.

MALFATTI, S. A. Os Movimentos Sociais em Alain Touraine. **Revista Estudos Filosóficos**. São João del-Rei, n. 6, p. 217-228, 2011.

MALFITANO, A. P. S.; MARQUES, A. C. R. A entrevista como método de pesquisa com pessoas em situação de rua: questões de campo. **Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar**. São Carlos, v. 19, n. 3, p. 289-296, 2011.

MANZINI, E. J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINI, M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE, S. (Org.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. 1. ed. Londrina: Edue, 2003. p. 11-25.

MARANHÃO, A. C. K. Perspectivas de desenvolvimento e participação cidadã na era da cultura digital. **Matrizes**, São Paulo, n. 1, p. 291-295, jan-jun/2013.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINHO, C. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. 2. ed. Brasília, DF: WWF-Brasil, 2004.

MARTINS, P. C.; COTTA, R. M. M.; MENDES, F. F. e col. Conselhos de Saúde e a Participação Social no Brasil: Matizes da Utopia. **Physis Revista de Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 105-121, 2008.

MAX-NEEF, M. A. **Desarrollo a escala humana**: conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Barcelona: Editorial Nordan-Comunidad, 1993.

MELUCCI, A. Movimentos sociais e sociedade complexa. In: PEDRINI, D. M.; LIPPI, L. F. B. (Org.) **Movimentos sociais na contemporaneidade**. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Movimentos Sociais, 1997. p. 11-63.

MELUCCI, A. **Nomads on the present: social movements and individual needs in contemporary society**. London: Hutchinson Radius, 1989.

MELUCCI, A. **O jogo do eu**: a mudança de si em uma sociedade global. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio-jun/2008.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 8. ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 2004.

MOISÉS, J. A. Democracia e desconfiança das instituições democráticas. In: _____
Democracia e confiança. São Paulo: Edusp, 2010. p. 45-73.

MONTEZ, M. M.; MONTEIRO, A. A. Sentidos de ação e desmobilização: ameaça e ação coletiva na construção da democracia participativa. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 7., 2012, Porto: Universidade do Porto, 2010.

LAMPEL, J. The core competencies of effective project execution: the challenge of diversity. **International Journal of Project Management**. v. 19, n. 8, p. 471-483, 2001.

OLIVEIRA, A. M. C.; DALLARI, S. G. Vigilância Sanitária, Participação Social e Cidadania. **Saúde Soc.** São Paulo, v.20, n.3, p.617-624, 2011.

OLIVEIRA, V. C. Desafios e contradições comunicacionais nos conselhos de saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. **Coletânea de comunicação e informação em saúde para o exercício do controle social**. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, Série F. Comunicação e Educação em Saúde, 2006.

O'NEILL, O. **Called to account**. BBC Radio, 2002. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/radio4/reith2002/lecture3.shtml>> Acesso em: 28 fev. 2014.

OTTERSEN, O. P.; MCNEILL, D.; SANDBERG, K. I. e col. The political origins of health inequity: prospects for change. **The Lancet**, [Online], v. 383, p. 630-667, feb/2014.

PAIVA, B.; ROCHA, M.; CARRARO, D. Participação popular e assistência social: contraditória dimensão de um especial direito. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 250-259, jul-dez/2010.

PARSONS, T.; SHILS, E. Toward a General Theory of Action: Theoretical Foundations for the Social Sciences. **Transaction Publishers**, Edison, 3rd., 265pp, 2007 [2001].

PERUZZO, C. M.K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. In: OLIVEIRA, M. J. da C. (Org.) **Comunicação pública**. Campinas: Alínea, 2004b. p. 49-79.

PIZZORNO, A. Considérations sur les théories des mouvements sociaux. **Politix**. Paris, v. 3, n. 9, p. 74-80, 1990.

PORTAL DA CIDADANIA. Territórios da Cidadania. Cobertura Vacinal por Estado. 2009. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/xowiki/portlets/territorios/pages/folder-chunk>> Acesso em: 21 dez. 2013.

PUC-MINAS. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pró-reitoria de Extensão. Política de extensão universitária da PUC-Minas. Belo Horizonte, jun/2006.

REDE SANS – Rede de Defesa e Promoção da Alimentação Saudável Adequada e Solidária. Botucatu. Disponível em: <<http://www.redesans.com.br/novo/>> Acesso em: 18 nov. 2013.

RENNÓ, L. R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, n. 21, p. 71-82, nov/2003.

ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (Org.). **Segurança Alimentar e Nutricional**: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

ROLIM, D. C. **Efetividade do sistema de informação, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social**: Limites, Potencialidades e Desafios. 2009. 166p. Dissertação (Mestrado em Serviços Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Instituto de Ciências, Humanas e Letras, Universidade Federal da Amazônia, Manaus.

SANTOS, E. R.; LANZA, L. M. B. O Matriciamento no NASF: interpretações sobre o trabalho do Assistente Social. **Argumentum**. Vitória, v. 6, n.2, p. 233-246, jul-dez/2014.

SCOMPARIM, M. Sindicato e suas arrecadações ilegais. **Migalhas**, [Online], 18 set. 2012. Migalhas de peso. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI164105,51045-Sindicato+e+suas+arrecadacoes+ilegais> Acesso em: 11 mai. 2015

SEMPRINI, A. **Multiculturalismo**. Bauru: Edusc, 1999.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan/abr. 2006.

SOUZA, C. A nova gestão pública. In: MACHADO, G.; PINHO, A.; SOUZA, C. e col. **Gestão pública**: desafios e perspectivas. Salvador: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2001. p. 38-62.

SOUZA, C. M. de. Democracia, participação social e funcionamento das instituições: situação e perspectivas da federalização do desenvolvimento. **Rev. Adm. Pub.** Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 15-35, jul-set/1992.

TOURAINÉ, A. **El retorno del actor**. Buenos Aires: Eudeba, 1987.

TOURAINÉ, A. Os novos conflitos sociais: para evitar mal-entendidos. **Lua Nova**. São Paulo, n. 89, p. 5-18, 1989b.

TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue**: política e sociedade na América Latina. São Paulo: Trajetória Cultural, 1989a.

WILLIAMS, S. Land Rights and the Manipulation of Identity: Official Indian Policy in Brazil. **Journal of Latin American Studies**. [Online], v. 15, n. 1, p. 137-161, 1983.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – SISTEMATIZAÇÃO DAS AÇÕES LOCAIS EM SAN DO MUNICÍPIO DE REGISTRO

Elaborado no primeiro semestre de 2011.

Caracterização geral do município		
A fundação de Registro data dos tempos coloniais durante a exploração do ouro no Alto da Ribeira, quando eram detidas num porto fluvial as canoas com destino a Iguape, para cobrança do dízimo devido à coroa Portuguesa. Daí o nome de Porto do registro. A exploração indiscriminada e a descoberta de outras jazidas - Minas Gerais e Goiás - levaram os aventureiros a debandarem da região, passando Registro por uma fase de estagnação. Voltou a se desenvolver a partir de 1917, quando, através da companhia ultramarina Kaigai Kogyo Kabushiki Kaisha - KKKK chegaram à região cerca de duas mil famílias japonesas, concentrando-se grande parte em Registro. A lavoura de arroz, embora já praticada anteriormente, expandiu-se com os japoneses, também responsáveis pela introdução do plantio de chá, que se tornou a riqueza da região. O Vale do Ribeira, localizado entre dois grandes centros São Paulo e Curitiba, não possuía ligação terrestre com os mesmos. O comércio era realizado por via fluvial através de Iguape, o que encarecia os produtos da região. A partir da construção da Rodovia Regis Bittencourt - BR 116 surgiu um novo ciclo de desenvolvimento da área, destacando-se Registro como um dos mais promissores centros.		
Eixo 1 – Institucionalidade		
Agentes envolvidos		Agentes a serem envolvidos
Organização	Atuação	Organização
Pastoral da Criança	Coordenadora	Unesp – Universidade Estadual Paulista (campus de Registro)
Cooperativa Família do Vale	Produtor	CCI – Centro de Convivência do Idoso
Sintravale - Associação de Trabalhadores da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira e Litoral Sul de São Paulo	Coordenador	Feira do Produtor
Ecosol – Programa de Economia Solidária da Prefeitura de Registro	Coordenadora	Escola da Fundação Bradesco
Projeto Energia Comunitária – Biomassa	Cozinheira Coordenadora	Colégio Valribeira
CRAM – Centro de Referência de Atendimento à Mulher	Coordenadora	Colégio Lantagi
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social (Vila Nova)	Assistente social	Colégio Andersem
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social (Bloco B)	Assistente social	Colégio Novo Mundo
Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente	Agrônomo Diretor	Escola de Educação Infantil Patinho Feio
Drads – Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social		Escola Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente
Conselho Municipal de Assistência Social	Presidente	Colégio Adventista
Orgânico/Pesca	Presidente	Igreja Adventista
NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família	Nutricionista	APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Divisão da Merenda Escolar	Chefe - Nutricionista	Pastoral da Família
Projeto Horta Escolar	Técnico agrícola	Horta comunitária (Nosso Teto)
Plural Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços – Ministério do Desenvolvimento Agrário	Articuladora	Horta comunitária (Bloco B)
Secretaria Municipal do Bem Estar	Diretora	Pastoral da Solidariedade
Curso de Nutrição – UNISEPE	Professora	

Renascer		
Secretaria Municipal de Saúde	Diretora	
Vigilância Sanitária		
Conselho de Alimentação Escolar	Presidente	
Secretaria Municipal de Educação	Diretora	
Fundo Social	Diretor	
Rede SANS	Articuladora local	
Rede SANS	Articuladora local	
Histórico do movimento de defesa e promoção à alimentação adequada no município e da participação do setor saúde nesse movimento		
2001: ICCN – combate à desnutrição com enriquecimento da multimistura, parceria entre a prefeitura e a pastoral da criança. 2007-2008: Seminário na região (Conseas).		
Tipo de organização formal ou informal existente entre os envolvidos		
Grupos de trabalho: Pastoral da criança, Pastoral da Solidariedade, Empreendimento econômico solidário (biomassa), Sintravale,... Fóruns de discussão: Consad-SP (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Sudoeste Paulista) Conselhos: Conselho de Alimentação Escolar Coordenadorias municipais: CRAS, CRAM, Economia Solidária, ambiental Secretarias: Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico, Bem Estar Social, Fundo Social.		
Não há um órgão da administração pública municipal responsável pelo planejamento intersetorial das ações de SANS		
O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional não está instituído; não conta com apoio e presença constante do poder público; não conta com efetiva participação da sociedade civil; não conta com a parceria e/ou respaldo das universidades. O município não tem realizado conferências municipais de segurança alimentar e nutricional.		
O Conselho Municipal de Saúde é atuante e reconhecido; conta com apoio e presença constante do poder público; não conta com efetiva participação da sociedade civil; conta com a parceria e/ou respaldo das universidades.		
Os Conselhos Comunitários de Saúde não estão constituídos.		
O Conselho Municipal de Alimentação Escolar é atuante e reconhecido; conta com apoio e presença constante do poder público; conta com efetiva participação da sociedade civil; conta com a parceria e/ou respaldo das universidades.		
Avaliação geral da participação do poder público e da sociedade civil nas atividades de defesa e promoção da alimentação saudável adequada e solidária		
Aspectos positivos: Viva leite, Alimentação Escolar, PAA, biomassa, compra dos produtos central, sopão, hortas comunitárias. Desafios: Criar Conselho de Segurança Alimentar, criar parceria com as universidades com diagnósticos, realizar a conferência de segurança alimentar, organizar o PAA.		
Eixo 2 – Acesso ao alimento		
Agentes envolvidos: Pastoral da criança, Pastoral Solidariedade, Empreendimento econômico solidário (biomassa), Sintravale, Saúde, Educação, Desenvolvimento Econômico, Bem Estar Social, Fundo Social.		
Sistemas públicos de distribuição de alimentos		
Programa Viva Leite, Cesta básica, Suplementos dietéticos para enfermos, leites especiais para crianças com alergia e intolerância, PAA.		
Programa de transferência de renda (internacional, federal, estadual ou municipal)		
Bolsa família, Renda cidadã, Bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Ação jovem, Bolsa auxílio aluguel, PAA, reinserção no mercado de trabalho, Frente de trabalho.		
Os programas de transferência de renda tem parceria da Cooperativa Família do Vale e da Aovale.		
Programas para a garantia do acesso ao alimento ou redução da vulnerabilidade social		
Redução da pobreza extrema, Redução da mortalidade infantil, Proteção/promoção de pessoas com deficiência, Apoio e monitoramento das instituições que abrigam crianças, Apoio e monitoramento das instituições que abrigam idosos, Apoio a enfermos e acamados, Apoio às famílias/indivíduos sem teto, Apoio a dependentes químicos, Redução da violência.		
Não existem órgãos de fiscalização, regulação e/ou controle de preços dos alimentos no município		
Programas ou projetos de geração de emprego e renda		
Economia solidária		
Avaliação geral das ações e iniciativas para garantir o acesso regular de alimentos a todos do município		
Aspectos positivos: Frente de trabalho, Bolsa Família, PAA.		

Desafios: Política cadastral das famílias (Cadastro Único)
Eixo 3 – Alimento Seguro
Agentes envolvidos: Saúde, vigilância sanitária, agricultura.
Não há integração entre Vigilância Sanitária e Epidemiológica nas questões relativas à segurança alimentar
Periodicidade das inspeções sanitárias por parte da vigilância sanitária nos estabelecimentos onde há produção e distribuição de alimentos
Visitas programadas com a periodicidade de 1 ano.
Sistema de notificação sobre intoxicação alimentar
Realizado pelas unidades de saúde e hospitais; há discernimento quanto à causa.
Trabalho de educação relativa ao alimento seguro
São realizadas palestras pela nutricionista da prefeitura e educadora em saúde da Vigilância Epidemiológica destinado às indústrias de alimentos, serviços de alimentação, vendas no varejo, escolas municipais e estaduais e população em geral.
Não se dispõe de informação sobre a adoção de boas práticas de produção (uso seguro de agrotóxicos e manipulação adequada da produção agropecuária) pelos produtores
Não há sistema de controle das boas práticas de preparo e manipulação de agrotóxicos no município.
O município dispõe do SENAR, programa de orientação para manipulação de agrotóxicos executado por técnico agrícola.
Sistema de controle das boas práticas de preparo e manipulação em locais de comércio e fabricação dos alimentos
Executado pela Vigilância Sanitária, com proporção de adequação de: 70% das indústrias de alimentos, 85% dos serviços de alimentação e 85% das vendas no varejo.
Programa de orientação para manipuladores de alimentos
A nutricionista da Secretaria da Educação realiza essa ação junto à alimentação escolar (merenda escolar). A Vigilância Sanitária não dispõe de programas, mas vai aos estabelecimentos para realizar as orientações específicas e individuais.
Laboratórios regionais de análises e pesquisas sobre a qualidade do alimento
O estado manda uma lista com os estabelecimentos em que serão colhidas as amostras que depois são enviadas para o Instituto Adolpho Lutz.
Não existem parcerias ou convênios com universidades para utilização de laboratórios para análises
Tratamento da água
A estação de tratamento do município trata 90% de toda a água utilizada (cadastro no ESF).
O controle de qualidade da água é realizado pelo programa Pró-água Adolpho Lutz, que coleta água quinzenalmente nos bairros, em três diferentes lugares aleatórios e envia para o laboratório Adolpho Lutz.
Avaliação geral das ações e iniciativas para garantir a segurança dos alimentos no município
Aspectos positivos: conseguir reduzir risco a saúde da população.
Desafios: difícil educar a população, criar mais programas. A dengue é um desafio.
Eixo 4 – Produção de Alimentos
Agentes envolvidos: secretaria da agricultura, meio ambiente, sindicatos de produtores rurais, cooperativas e associação de produtores,...
Produção de alimentos na área urbana e periurbana
Não há programa de incentivos a hortas domésticas.
O município tem 11 hortas escolares e 2 hortas comunitárias sob a coordenação do setor de Educação e Desenvolvimento.
Associação e sindicatos de produtores rurais no município
Sintravale, Abavar, Aovale, Acribuvar, Apuvalé, cooperativa família do vale, Coparr, STR;
Existem atividades de pesquisa desenvolvidas pelo instituto zootecnologista voltadas à produção agrícola de alimentos
Programas de apoio à agricultura familiar ou ao pequeno agricultor
Assistência técnica; Crédito facilitado; Apoio jurídico; PAA – programa de aquisição de alimentos; Feira de produtores;
Existe alguma política oficial voltada à agricultura e à proteção ambiental, incluindo uso seguro de agrotóxicos processada pela Secretaria Estadual de Agricultura e Meio Ambiente.
Impactos ambientais decorrentes de atividades agropecuárias no município: desmatamento; monocultura da banana e agrotóxicos.
Políticas regionais voltadas ao uso de recursos hídricos, que incluam também a prevenção da contaminação ambiental

Comitê de bacias hidrográficas
Não existe controle da qualidade da água utilizada para irrigação
Órgão de fiscalização e certificação de produção agropecuária no município: SISP
Logística de escoamento da produção
Transporte: rodoviário; Beneficiamento: NN. Polpa, Central e Fábrica de palmito.
Avaliação geral das ações e iniciativas para apoiar a produção de alimentos e proteger o meio ambiente
Aspectos positivos: ter a lei do SIM; assistências técnicas.
Desafios: consolidar ATER; efetivar SIM; difusão do sistema sustentável produção; aproveitar o máximo o lixo.
Eixo 5 – Alimentação Escolar
Agentes envolvidos: secretaria da educação, programa de alimentação escolar, agricultores...
O programa escolar do município
Atende escolas municipais e estaduais; é administrado pelo município; as refeições são preparadas nas escolas.
As instalações de preparo e distribuição da alimentação escolar
As condições de armazenamento necessitam de alguma melhoria; as condições físicas e operacionais do local de preparo são adequadas; o local de distribuição (refeitórios) necessita de alguma melhoria.
A adesão ao programa de alimentação escolar entre os escolares é boa.
O programa de alimentação escolar desenvolve cardápio balanceado e avaliação nutricional.
O município não dispõe de sistema de registro de informações sobre o estado nutricional dos escolares
Dados coletados: peso e altura.
A informação é usada para avaliação nutricional das crianças, para diferenciar a alimentação escolar se necessário, individualmente.
Educação nutricional está inserida no currículo escolar
Horta escolar*: por iniciativa de algumas escolas, alguns professores e da Secretaria de Educação.
Salada no prato e adequação no horário da alimentação escolar: por iniciativa da Secretaria de Educação.
* Há 11 hortas nas escolas de ensino público fundamental do município que são utilizadas pelos professores como laboratórios para práticas pedagógicas
Avaliação geral das ações e iniciativas para executar o programa de alimentação escolar conforme o que está na Lei 11.947
Aspectos positivos: melhoria na qualidade da alimentação escolar; iniciativa dos projetos salada no prato e horário adequado.
Desafios: trabalho em rede saúde, educação e universidades.
Eixo 6 – Saúde e Educação
Agentes envolvidos: secretaria da saúde, educação, unisep.
Educação nutricional e informação ao consumidor
Instituições de assistência existentes no município que desenvolvem programas educativos voltados à saúde e alimentação
Gestantes e nutrizes: Secretaria da Saúde
Crianças: Pastoral da criança
Escolares: Secretaria da Educação
Adolescentes: Secretaria da Saúde e Secretaria da Educação
Idosos: Secretaria da Saúde
Promoção do aleitamento materno
Desenvolvida pelo NASF, por meio de grupos educativos.
O município não tem acesso a banco de leite humano.
Outros programas de prevenção e controle das doenças ligadas à alimentação
Hiperdia (diabetes e hipertensão): Secretaria da Saúde – USF
Aperte o cinto (obesidade): NASF
Referências históricas do município sobre a formação do hábito alimentar de sua população
Fundadores do município: caíçaros
Costumes alimentares que sobrevivem: derivados da mandioca e arroz.
Outra influência: cultura japonesa
Alimento que confere identidade ao lugar: juçara e mandioca
Festas tradicionais: festa japonesa, festa nordestina, folia de reis, festa da solidariedade.
Mídia local
JR, NV e outros.
Órgão destinado à defesa do consumidor
PROCON, defender o consumidor.
Avaliação geral das ações e iniciativas para promover a educação nutricional e a informação ao consumidor no município

<p>Aspectos positivos: grupos que tem nas unidades de saúde; cobertura saúde.</p> <p>Desafios: parcerias com diversos setores.</p>
<p>Levantamento e sistematização de dados para o diagnóstico do estado nutricional e alimentar da população</p>
<p>Sistemas de registro de informações sobre o estado nutricional da população</p> <p>SISVAN Bolsa Família e SISVAN Web</p> <p>O município não possui de sistema de registro de informações sobre o consumo alimentar da população.</p>
<p>Avaliação geral das ações e iniciativas para garantir o monitoramento nutricional dos habitantes do município</p>
<p>Aspectos positivos: SISVAN Bolsa Família.</p> <p>Desafios: implantar o SISVAN Web.</p>

APÊNDICE 2 – CAMPO TEMÁTICO DE INVESTIGAÇÃO LOCAL

1. Alimentação Escolar
2. Direitos do consumidor (indústria de alimentos) e consumo sustentável
3. Banco de alimentos
4. Programa Saúde na Escola
5. Agricultura familiar
6. Cozinhas comunitárias
7. Restaurantes populares
8. Centros de abastecimento
9. Agricultura, extrativismo e produção sustentável/Agroecologia
10. Agricultura urbana e periurbana
11. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
12. Programa de Aquisição dos Alimentos (PAA)
13. Assentamento rural e exploração coletiva da terra
14. Economia solidária
15. Gerenciamento de resíduos
16. Coleta, armazenamento e uso da água
17. Ações em defesa das minorias
18. Hortas comunitárias e escolares
19. Tradições e cultura alimentar local

Participação institucionalizada

1. Forúns participativos e deliberativos
2. Orçamentos participativos
3. Audiências públicas
4. Conselhos Municipais: SAN, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente, CAE, entre outros
5. Câmaras setoriais
6. Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional

APÊNDICE 3 – ROTEIRO PARA A ENTREVISTA

Data da entrevista: ____/____/____ Horário de início/término da entrevista: _____
 Local da entrevista: _____
 Pessoa que indicou o entrevistado: _____

Perfil do entrevistado

Nome: _____
 Idade: _____ Naturalidade: _____
 Sexo: _____ Data de nascimento: ____/____/____
 Endereço: _____
 Telefones: (residencial) _____ (celular) _____
 Grupo de atuação: _____

Sobre o grupo e a participação do indivíduo

1. O que faz o grupo/organização/instituição do qual você participa? (atuação/ação)
2. O que você faz no grupo/organização/instituição, qual o seu trabalho? (atuação/ação)
3. Há quanto tempo você participa/atua nesse grupo/organização/instituição?
4. Qual é o objetivo do grupo/organização/instituição? E quais são as ações/atividades prioritárias do grupo/organização/instituição para atingir esses objetivos? (sentido/motivação/ação)
5. E que outras atividades e ações o grupo/organização/instituição desenvolve? (atuação/motivação)
6. As ações são direcionadas a quais pessoas e em quais regiões são desenvolvidas?
7. O grupo/organização/instituição realiza alguma atividade interna, só para o grupo?
8. Do que o grupo/organização/instituição precisa para a realização dessas ações/atividades?
9. Como o grupo/organização/instituição consegue os recursos necessários para as atividades? (origem dos recursos)
10. E de que forma esses recursos são gastos/gerenciados?
11. Como são tomadas as decisões no grupo/organização/instituição?
12. Quais as dificuldades que o grupo/organização/instituição encontra para realizar as ações/atividades a que se propõe?
13. Como o grupo/organização/instituição faz para superar as dificuldades?
14. As outras pessoas do grupo/organização/instituição fazem o quê? (organização de trabalho)

15. Como o grupo/organização/instituição assegura a participação das pessoas? Como é firmado esse acordo coletivo com as pessoas? (organização e projeto social)
16. Com quais outros grupos/organizações/instituições e pessoas na cidade ou na região o grupo/organização/instituição se relaciona ou tem parceria? (rede/organização)
17. Como é a comunicação entre os membros do grupo/organização/instituição? Quais recursos são utilizados para a comunicação? (rede/organização)
18. E como se comunicam com outros grupos/organizações/instituições e pessoas? (rede/organização)
19. Como o grupo/organização/instituição tem acesso às informações que são úteis para o trabalho e ações realizadas?
20. O grupo/organização/instituição mantém contato/relação ou participa do Conselho Municipal de SAN ou outro Conselho?
21. Qual o interesse/motivações do grupo em participar desses Conselhos? Quem do grupo está à frente dessa relação/participação?
22. O grupo mantém conhece/se relaciona ou participa de fóruns, audiências públicas, câmaras setoriais, orçamentos participativos?
23. Qual o interesse do grupo em relacionar-se/participar desses “espaços”, estar com aquelas pessoas?
24. O grupo/organização/instituição, de alguma forma, monitora, acompanha, avalia ou documenta o desenvolvimento das ações? Como? (dinâmica)
25. Gostaria de acrescentar algo?

APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

Data: ____/____/____

Grupo: _____

Horário: _____

Local: _____

Descrição do local

- características físicas/estruturais/tamanho; - objetos/equipamentos e materiais de trabalho; - condições de trabalho; - número de pessoas no local.

Como são as pessoas

- idade aproximada; - sexo; - tipo de atuação/trabalho.

Atmosfera local e impressões

- agradável e cordial; - sinais de hostilidade; - monotonia; - sinais de frustração; - produtivo.

Atividades realizadas no momento

- rotineiras; - planejamento; - debate/reunião.

Atuação dos participantes

- esforços dispersos; - autodisciplina; - preocupação; - pró-atividade; - displicência.

Relação entre os participantes

- atitudes individuais; - formalidade; - descontração; - tendência a concordar; - alguns participantes dominam certas situações; - superficial; - sinceridade/confiança; - troca; - colaboração/cooperação/solidariedade; - liberdade de expressão; - respeito às diferenças; - receptividade/cordialidade; - hostilidade/agressividade; - entrosamento.

Atuação do grupo

- organização; - comunicação; - participação; - lideranças; - esforços dispersos; - indecisão no planejamento e desenvolvimento de ações; - receptividade; - predominância de opiniões; - criação coletiva das ações; - consenso de ideias; - conteúdo dos debates e das ações.

APÊNDICE 5 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Título do Projeto: Dinâmicas locais da participação social em Segurança Alimentar e Nutricional

Pesquisador Responsável: Flávia Negri

Este projeto tem o objetivo de compreender as dinâmicas locais das ações sociais e participativas quanto à Alimentação e Nutrição.

Para tanto será necessário realizar os seguintes procedimentos:

1. as informações sobre a participação social e política serão obtidas por meio de entrevista que se desenvolverá no formato de uma conversa;
2. a entrevista é individual e será realizada pelo pesquisador;
3. a entrevista será realizada uma única vez;
4. não há previsão de tempo para a duração da entrevista;
5. a entrevista acontecerá em dia e local de melhor conveniência e disponibilidade para você;
6. o áudio da entrevista será gravado por um gravador digital;
7. em situação eventual você poderá ser consultado posteriormente para esclarecimento ou para melhor compreensão do áudio gravado ou de momentos da entrevista.

Durante a execução do projeto existe um desconforto e risco mínimo para você relacionado ao tempo disponível para a entrevista, ao seu relato e à gravação da conversa.

Você, a qualquer momento, poderá notificar o pesquisador sobre qualquer acontecimento, necessidade de orientação ou discordância em participar da pesquisa. Os contatos são: (11) 3977-8491 ou (11) 97333-6443 ou fnegri@usp.br.

Após ler e receber explicações sobre a pesquisa, e ter meus direitos de:

1. receber resposta a qualquer pergunta e esclarecimento sobre os procedimentos, riscos, benefícios e outros relacionados à pesquisa;
2. retirar o consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo;
3. não ser identificado e ser mantido o caráter confidencial das informações relacionadas à privacidade;
4. procurar esclarecimentos com o Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, no telefone 11 3061-7779 ou Av. Dr. Arnaldo, 715 – Cerqueira César, São Paulo - SP, em caso de dúvidas ou notificação de acontecimentos não previstos.

Declaro estar ciente do exposto e desejar participar do projeto.

Registro, ____ de ____ de 2014.

Nome do participante: _____

Assinatura: _____

Eu, *Flávia Negri*, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto ao participante voluntário.

Assinatura do pesquisador: _____

Data: ____/____/2014

ANEXO 1 – APROVAÇÃO DO ESTUDO NO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Dinâmicas locais da participação social em Segurança Alimentar e Nutricional

Pesquisador: Flávia Negri

Área Temática:

Versão:

CAAE: 32345614.3.0000.5421

Instituição Proponente: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo - FSP/USP

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 766.146

Data da Relatoria: 27/06/2014

Apresentação do Projeto:

Trata-se de estudo de caso de base qualitativa e compreensiva, para entender as dinâmicas locais da participação social em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A partir da sistematização das informações obtidas por meio de um diagnóstico e planejamento em SAN foi eleito para o estudo o município de Registro. A busca dos sujeitos será pelo sistema de redes, a partir da identificação prévia pelo diagnóstico de atores que já dispõem de informações a respeito do tema da SAN o que propiciará a indicação de novos entrevistados relacionados ao meio e ao objeto de investigação. Planeja-se realizar entrevistas temáticas semiestruturadas individuais e observação não participante, com elaboração prévia de roteiros. As informações serão analisadas a partir do contexto apresentado pela teoria dos novos movimentos sociais com o auxílio da análise de conteúdo temática de Laurence Bardin.

Objetivo da Pesquisa:

objetivo compreender, no cenário local, as dinâmicas comunitárias das ações sócio-participativas no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos mínimos.

Potencial benefício para compreensão desta política pública, considerando-se essa compreensão

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715

Bairro: Cerqueira Cesar

CEP: 01.246-904

UF: SP

Município: SAO PAULO

Telefone: (11)3061-7779

Fax: (11)3061-7779

E-mail: coep@fsp.usp.br

FACULDADE DE SAÚDE
PÚBLICA DA UNIVERSIDADE
DE SÃO PAULO

Continuação do Parecer: 766.146

como base para a identificação de demandas e ações políticas que garantam o direito humano à alimentação adequada, a SAN e a cidadania.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Tema relevante, na área de Segurança alimentar e nutricional.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

adequado

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Tema relevante e atual, com risco mínimo. Não foram identificadas inadequações.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

APROVADO.

SAO PAULO, 26 de Agosto de 2014

Assinado por:
Claudio Leone
(Coordenador)

Endereço: Av. Doutor Arnaldo, 715
Bairro: Cerqueira Cesar CEP: 01.246-904
UF: SP Município: SAO PAULO
Telefone: (11)3061-7779 Fax: (11)3061-7779 E-mail: coep@fsp.usp.br

CURRÍCULO LATTES

Curriculo do Sistema de Currículos Lattes (Flávia Negri)

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4323327U1>

Flávia Negri

Bolsista de Mestrado do CNPq

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8109126803007513>

Última atualização do currículo em 03/12/2014

Possui graduação em Nutrição pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010) e atualmente é mestranda do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da FSP/USP. Atuou no Projeto Rede de Municípios Promotores da Segurança Alimentar e Nutricional entre 2011 e 2013 como responsável pela pesquisa de campo do projeto e, nesse período também participou como estudante do Grupo de Pesquisa em Epidemiologia Nutricional e Dietética - IBB/UNESP atuando na linha de pesquisa de Educação Alimentar e Nutricional. Hoje integra o Grupo de Pesquisa em Promoção da Saúde e Segurança Alimentar e Nutricional - FSP/USP apoiando o "Projeto horta: educação e sustentabilidade".
(Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome Flávia Negri
Nome em citações bibliográficas NEGRI, F.

Endereço

Formação acadêmica/titulação

2013	Mestrado em andamento em Mestrado em Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública. Título: Dinâmica local da participação social em segurança alimentar e nutricional, Orientador: Cláudia Maria Bógus. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; participação social; institucionalização. Grande área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Políticas Públicas. Grande Área: Ciências da Saúde / Área: Saúde Coletiva / Subárea: Saúde Pública. Setores de atividade: Pesquisa e desenvolvimento científico; Atividades de organizações associativas.
2006 - 2010	Graduação em Nutrição. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Brasil.
2000 - 2002	Ensino Médio (2º grau). Escola Técnica Oswaldo Cruz.

Cláudia Maria Bógus

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2777821546207314>
Última atualização do currículo em 05/02/2015

Cláudia Maria Bógus possui graduação em Pedagogia (1987) pela Faculdade de Educação da USP, Especialização em Saúde Pública (1988), Mestrado (1992) e Doutorado (1997) em Saúde Pública e Livre-Docência (2009) em Promoção da Saúde pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Participou do Programa de Formação em Saúde Internacional da Organização Pan-Americana de Saúde em WDC (EUA) em 2001. É docente da Faculdade de Saúde Pública da USP desde 2004 e credenciada como orientadora de Mestrado e Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP desde 2005. Atua na área de saúde coletiva e saúde pública com ênfase em promoção da saúde, educação em saúde, participação social em saúde e políticas públicas em saúde. (Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Cláudia Maria Bógus
Nome em citações bibliográficas	BÓGUS CM; BÓGUS C; BÓGUS, CLÁUDIA MARIA; Bógus, Cláudia Maria

Endereço

Endereço Profissional	Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública, Departamento de Prática de Saúde Pública. Av. Dr. Arnaldo, 715 Cerqueira Cesar 01246-904 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 30617955 Fax: (11) 30833501 URL da Homepage: http://www.usp.br/fsp
------------------------------	--